



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
APLICADAS À SAÚDE**

LILIAN GALLINELLA CRUZ

**POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS VOLTADAS À
POPULAÇÃO TRANS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS:
DO DIAGNÓSTICO NACIONAL AOS DESAFIOS LOCAIS
ENFRENTADOS POR MULHERES TRANS E TRAVESTIS**

LAGARTO - SE

2026

LILIAN GALLINELLA CRUZ

**POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS VOLTADAS À
POPULAÇÃO TRANS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS:
DO DIAGNÓSTICO NACIONAL AOS DESAFIOS LOCAIS
ENFRENTADOS POR MULHERES TRANS E TRAVESTIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Aplicadas à Saúde da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Aplicadas à Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Giselle de Carvalho Brito
Coorientadora: Prof.^a Dr^a Roxane Irineu de Alencar

LAGARTO - SE

2026

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO CAMPUS DE LAGARTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Cruz, Lilian Gallinella.
C957p Políticas de ações afirmativas voltadas à população trans nas universidades federais: do diagnóstico nacional aos desafios locais enfrentados por mulheres trans e travestis / Lilian Gallinella Cruz ; orientadora Giselle de Carvalho Brito. – Lagarto, SE, 2026. 85 f. : il.

Dissertação (mestrado em Ciências Aplicadas à Saúde) – Universidade Federal de Sergipe, 2026.

1. Mulheres trans. 2. Travestis. 3. Sucesso acadêmico. 4. Transfobia. 5. Cisnormatividade. 6. Ações afirmativas. I. Brito, Giselle de Carvalho, orient. II. Título.

CDU 316.344.7:378.4(81)

CRB-5/2100

LILIAN GALLINELLA CRUZ

**POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS VOLTADAS À
POPULAÇÃO TRANS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS:
DO DIAGNÓSTICO NACIONAL AOS DESAFIOS LOCAIS
ENFRENTADOS POR MULHERES TRANS E TRAVESTIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Aplicadas à Saúde da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Aplicadas à Saúde.

Aprovada em: ____/____/____

Orientador: Prof.^a Dr^a Giselle de Carvalho Brito

1º Examinador: Prof. Dr. Makson Oliveira

2º Examinador: Prof.^a Dr^a Adriana Carvalho

PARECER

LAGARTO - SE

2026

RESUMO

A inclusão e permanência de estudantes trans no ensino superior ainda enfrentam desafios significativos, marcados por exclusão, violência simbólica e práticas institucionais cisnormativas. Este estudo integra análises de políticas institucionais em universidades federais brasileiras com a investigação da experiência vivida por alunas trans e travestis na Universidade Federal de Sergipe (UFS). No primeiro recorte, realizou-se uma pesquisa exploratória e quantitativa em 69 instituições, por meio de análise documental de portais institucionais e contato direto via e-mail, buscando portarias, resoluções e normativas voltadas a pessoas trans, incluindo programas de cotas, auxílios financeiros, ambulatórios transexualizadores e uso do nome social. Observou-se que 92,7% das instituições adotam o nome social, 46,4% possuem cotas específicas e apenas 18,8% oferecem atendimento ambulatorial especializado, com destaque para o Nordeste, que concentra 39,2% das ações afirmativas. No entanto, lacunas significativas permanecem, como ausência de identificação visual adaptada e serviços especializados, limitando a inclusão plena. No segundo recorte, realizou-se um estudo observacional, transversal, com 10 estudantes trans e travestis da UFS, selecionadas por amostragem “bola-de-neve”. Dados foram coletados via questionário online e analisados com estatísticas descritivas e cruzamentos de variáveis no software R, abordando aspectos sociodemográficos, experiências acadêmicas, percepções sobre transfobia, políticas inclusivas e apoio institucional. A maioria da amostra era jovem e de baixa renda, relatando exclusão desde o pré-vestibular. No ambiente universitário, 70% relataram sofrer transfobia, isolamento e assédio, com impacto negativo na saúde mental. A ausência de políticas inclusivas e de representação trans foi unânime, e a análise cruzada indicou associação entre transfobia, isolamento, assédio e sentimento de impotência. Embora se observem relações majoritariamente positivas com os colegas discentes, permanecem entraves de natureza institucional que contribuem para a complexificação das trajetórias acadêmicas e podem comprometer a permanência de pessoas trans no ensino superior. A convergência dos dois estudos evidencia que, embora o acesso ao ensino superior tenha avançado, a permanência de estudantes trans e travestis ainda é comprometida por transfobia institucional, falta de reconhecimento identitário, ausência de políticas de permanência e vulnerabilidade socioeconômica. Os resultados reforçam a necessidade de políticas mais robustas e abrangentes, incluindo

ações afirmativas, suporte psicossocial, formação institucional e revisão de práticas administrativas, para promover um ambiente universitário inclusivo, seguro e equitativo, capaz de garantir não apenas acesso, mas também dignidade e continuidade acadêmica para pessoas trans.

Palavras-chave: Mulheres trans; Travestis; Permanência estudantil; Ensino superior; Transfobia; Cisnormatividade; Exclusão institucional; Ações afirmativas.

ABSTRACT

The inclusion and retention of trans students in higher education still face significant challenges, marked by exclusion, symbolic violence, and cisnormative institutional practices. This study integrates analyses of institutional policies in Brazilian federal universities with an investigation of the experiences of trans women and travestis at the Federal University of Sergipe (UFS). In the first part, an exploratory and quantitative study was conducted in 69 institutions through documentary analysis of institutional websites and direct email contact, seeking ordinances, resolutions, and regulations directed at trans individuals, including quota programs, financial aid, specialized transgender healthcare services, and the use of social names. It was observed that 92.7% of institutions adopt social names, 46.4% have specific quotas, and only 18.8% provide specialized ambulatory care, with the Northeast region standing out with 39.2% of affirmative actions. However, significant gaps remain, such as the absence of adapted identification and specialized services, limiting full inclusion. In the second part, an observational, cross-sectional study was conducted with 10 trans and travesti students at UFS, selected via snowball sampling. Data were collected through an online questionnaire and analyzed using descriptive statistics and cross-tabulations in R software, addressing sociodemographic characteristics, academic experiences, perceptions of transphobia, inclusive policies, and institutional support. Most participants were young and low-income, reporting exclusion since pre-university education. At the university, 70% reported experiencing transphobia, isolation, and harassment, with negative impacts on mental health. The absence of inclusive policies and trans representation was unanimous, and cross-analysis showed associations between transphobia, isolation, harassment, and feelings of powerlessness. Although predominantly positive relationships with fellow students are observed, institutional barriers persist that contribute to the increased complexity of academic trajectories and may jeopardize the retention of trans people in higher education. The convergence of both studies indicates that, despite advances in access to higher education, the retention of trans and travesti students is still compromised by institutional transphobia, lack of identity recognition, absence of retention policies, and socioeconomic vulnerability. These findings underscore the need for more robust and comprehensive policies, including affirmative actions, psychosocial support, institutional training, and administrative practice reforms, to foster an inclusive, safe, and equitable university.

environment that ensures not only access but also dignity and academic continuity for trans individuals.

Keywords: Trans women; Travestis; Student retention; Higher education; Transphobia; Cisnormativity; Institutional exclusion; Affirmative actions.

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação representa muito mais do que a conclusão de uma etapa acadêmica; ela reflete um processo intenso de aprendizado, escuta e transformação. Desenvolver um trabalho voltado à população trans foi uma experiência profundamente valiosa, emocional e enriquecedora, que ampliou meu olhar, fortaleceu meu compromisso ético e reafirmou a importância de uma pesquisa comprometida com o respeito, a dignidade e a diversidade humana.

Agradeço, de maneira especial, à minha orientadora, Prof^a Dr^a Giselle de Carvalho Brito, pela condução cuidadosa, pelo acolhimento das ideias e pela sensibilidade ao acompanhar um tema tão relevante e desafiador. Sua dedicação, seus questionamentos e sua confiança foram fundamentais para a construção deste trabalho e para meu crescimento acadêmico e pessoal. À minha coorientadora, Prof^a Dra^a Roxane Irineu de Alencar, deixo meu sincero agradecimento pelo apoio constante, pelas contribuições qualificadas e pela disponibilidade em compartilhar conhecimentos que enriqueceram significativamente esta pesquisa.

Às minhas parceiras de estudos, Keyse e Luisa, agradeço pela troca generosa, pelas reflexões compartilhadas e pelo apoio nos momentos de incerteza. Dividir esse caminho tornou o processo mais leve e fortaleceu a caminhada acadêmica.

À UNIDAS (Associação de Travestis Unidas na Luta pela Cidadania), representada por Dayanna Louise e Ariel Matos, pelo apoio, acolhimento e generosidade ao compartilhar saberes e vivências. Os aprendizados construídos a partir desse encontro foram fundamentais para a realização desta pesquisa e para a ampliação do meu olhar sobre o universo trans.

Aos membros das bancas, dos seminários júnior e sênior, das de qualificação e de defesa, agradeço pelas leituras atentas, pelas contribuições sensíveis e criteriosas e pelos apontamentos que colaboraram para o aprimoramento deste trabalho. Um agradecimento especial à Prof^a Dr^a Adriana Carvalho, que me acompanhou desde o primeiro seminário até a defesa, pelas excelentes e construtivas contribuições, sempre com carinho, respeito e ética.

À minha família, expresso minha mais profunda gratidão. Ao meu esposo Thiago, minha pessoa preferida na vida (junto com nossos filhos), pelo apoio

incondicional, por acreditar em mim mais do que eu mesma, pela paciência e pela compreensão ao longo desse percurso, sempre me incentivando a seguir em frente. Aos meus filhos, Luigi e Vicente, por serem minha maior motivação, fonte diária de afeto e sentido, mesmo nos momentos em que o tempo precisou ser dividido. À minha mãe, Agnese, por todo o amor, cuidado, parceria e por nunca deixar de acreditar em mim. Aos meus irmãos, Marcos e Roberto, agradeço a Deus por tê-los como parceiros de jornada, fontes de inspiração e amor. Ao meu pai, Roberto, por termos nos reaproximado a tempo de ressignificarmos nossa relação ainda nesta vida! Amo todos vocês do fundo do meu coração!

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para esta trajetória, especialmente àquelas cujas histórias e vivências inspiraram esta pesquisa, deixo meu sincero agradecimento.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	Pág. 12
2. REVISÃO DA LITERATURA	Pág. 13
2.1 População Trans	Pág. 13
2.2 Políticas Universitárias	Pág. 14
2.3 Fatores Associados à Desistência x Retenção e Permanência	Pág. 15
2.4 Tipos de Estudo	Pág. 16
3. OBJETIVOS	Pág. 17
3.1 Objetivo Geral	Pág. 17
3.2 Objetivos Específicos	Pág. 17
4. METODOLOGIA	Pág. 17
4.1 Análise Documental	Pág. 17
4.1.1 Desenho do Estudo	Pág. 18
4.1.2 Contexto e Etapas do Estudo	Pág. 18
4.1.3 Participantes	Pág. 18
4.1.4 Variáveis Analisadas	Pág. 19
4.1.5 Coleta de Dados	Pág. 20
4.1.6 Análise dos Dados	Pág. 21
4.2 Estudo Observacional	Pág. 21
5. RESULTADOS	Pág. 23
5.1 Capítulo 1	Pág. 24
5.2 Capítulo 2	Pág. 44
6. CONCLUSÃO	Pág. 75
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	Pág. 76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	Pág. 76
ANEXOS	Pág. 80

1 INTRODUÇÃO

O entendimento sobre as relações entre gênero e educação é crucial para compreender a configuração social atual e planejar estratégias educacionais. Em todo o mundo, as desigualdades de gênero têm histórico na educação, com as mulheres frequentemente segregadas ou pouco valorizadas. No Brasil, após a adoção de políticas inclusivas, como o acesso universal à educação, é possível observar uma transformação gradual, com o aumento da presença de mulheres no ensino superior, o qual foi majoritariamente dominado por homens nos últimos séculos (Barreto, 2014).

Nesse sentido, em conformidade com dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o número de travestis e transexuais que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que é um meio de acesso ao ensino superior, quadruplicou em um intervalo de 2 anos, saltando de 102 solicitações oficiais em 2014 para 408 solicitações em 2016 (BRASIL, 2016). Já em 2023, esse número subiu para 1.526 requisições (BRASIL, 2023). Embora os direitos das mulheres travestis, transsexuais e transgêneros de acesso à educação sejam progressivamente conquistados por meio dos movimentos sociais, ainda há escassez de políticas públicas de permanência dentro das universidades voltadas para essa população.

A presença de pessoas transexuais no ensino superior tem tensionado, de maneira crescente, as normas que historicamente estruturam os espaços universitários, especialmente no que se refere às concepções hegemônicas de gênero, corpo e sexualidade. Nesse contexto, a universidade configura-se simultaneamente como espaço de acesso ao conhecimento e como território de disputas simbólicas, no qual estudantes transexuais constroem suas trajetórias formativas em meio a processos de reconhecimento, exclusão e resistência (SANTOS, 2017).

Pessoas trans figuram entre os grupos mais afetados por práticas de transfobia no contexto educacional, vivenciando processos recorrentes de exclusão, trajetórias escolares marcadas por interrupções e obstáculos significativos para o ingresso e a permanência no ensino superior (Bevenides, 2023).

As universidades têm muito a colaborar com a batalha contra as iniquidades de gênero. Wanzinack e Signorelli (2015), sugerem alguns temas que podem ser

incorporados pelas instituições de ensino para ajudar a promover um ambiente de igualdade e respeito. São eles: 1) Incluir temas relacionados à igualdade de gênero na grade curricular, 2) Adotar políticas de igualdade de gênero, por exemplo, representatividade de gênero nos órgãos colegiados, 3) Promover ambiente seguro e inclusivo, por exemplo, criação de banheiros neutros e eventos e atividades sobre diversidade de gênero, 4) Pesquisa e extensão, considerando ser esta uma boa forma de identificar as causas e consequências das desigualdades de gênero e a desenvolver soluções para esses problemas. 5) Formação de profissionais sensíveis aos temas de gênero.

No entanto, a limitada implementação dessas propostas contribui para a manutenção de desigualdades estruturais, de modo que dificuldades como o acesso à moradia estudantil e às bolsas de auxílio-alimentação, seguem configurando obstáculos significativos à permanência estudantil de pessoas trans (Scote, 2020). Essa situação ressalta a necessidade de políticas de permanência mais abrangentes e inclusivas, capazes de assegurar não apenas o acesso inicial, mas também a experiência educacional plena e equitativa para todas as estudantes, independentemente de sua identidade de gênero. A realização de um diagnóstico situacional das políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras voltadas para a população trans é fundamental para identificar lacunas, potencialidades e limites das ações institucionais existentes, considerando as profundas desigualdades históricas que marcam o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico desse grupo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 POPULAÇÃO TRANS

A população trans é formada por pessoas cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo atribuído no nascimento, ou seja, trans, travestis, transexuais e outras identidades de gênero que não se enquadram no binário de gênero masculino ou feminino. Esse grupo enfrenta múltiplas formas de discriminação e violência, principalmente as pessoas trans negras e de baixa renda, na sua grande maioria desempregada, em subempregos ou na prostituição e com maiores taxas de abandono familiar, expulsão dos espaços públicos, estigmas sociais e violência transfóbica (Bevenides, 2023).

A inclusão de pessoas trans e travestis na sociedade é uma importante questão de direitos humanos e fundamental para a saúde e bem-estar dessa população. Em 2006, especialistas de 25 países em direito internacional dos direitos humanos se reuniram para elaborar um material voltado especialmente para a proteção da comunidade LGBTQIAPN+. O encontro ocorreu na cidade de Yogyakarta, na Indonésia, e resultou na formação de um documento final intitulado de “Princípios de Yogyakarta” (Newman *et al.* 2021). Este documento internacional visa proteger grupos sociais considerados vulneráveis e seus princípios buscam pela aplicação dos direitos humanos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 à comunidade LGBTQIAPN+ (Alamino e Vecchio, 2018) e representa a primeira tentativa de desenvolver padrões internacionais relevantes para a defesa da liberdade de identidade de gênero e orientação sexual. O material foi submetido ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em 2007, no intuito de mapear as experiências de pessoas que sofrem violações de direitos humanos baseadas na orientação sexual e identidade de gênero. No entanto, como os redatores do documento não eram representantes oficiais de seus países, os Princípios de Yogyakarta não foram incorporados como legislação oficial do direito internacional. Independente disso, não existe, até então, outro documento internacional que aborde de forma tão explícita e específica os direitos das pessoas LGBTQIAPN+ e suas relações com os direitos humanos. Em 2017 foram adicionados mais 9 princípios, resultando em 38 princípios totais (SILVA *et al.*, 2021). Dentre os princípios elencados, destacam-se aqueles que asseguram o gozo universal dos direitos humanos, bem como o direito ao reconhecimento perante a lei, o direito à vida, o direito ao trabalho e o direito à educação (COMISSÃO INTERNACIONAL DE JURISTAS; SERVIÇO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2022).

2.2 POLÍTICAS UNIVERSITÁRIAS

As pessoas trans são as principais vítimas de transfobia nas instituições de ensino, enfrentam exclusão, possuem menor escolaridade e maior dificuldade de acesso à educação superior (Bevenides, 2023). De acordo com um estudo realizado pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2018, 0,3% dos estudantes de instituições federais brasileiras se identificam como transgêneros. Em um levantamento realizado pela

Pública, agência fundada em 2011 por mulheres jornalistas investigativas, apenas duas das vinte e sete universidades federais de capitais brasileiras reservam cotas para pessoas trans, travestis e não binárias, sendo elas as Universidades Federais da Bahia (UFBA) e de Santa Catarina (UFSC). Ainda, apenas a UFSC possui políticas que vão além das cotas, como acesso às bolsas e adaptação da estrutura física (QUEIROZ & AUDI, 2024). Em 17 de novembro de 2025, a Universidade Federal de Sergipe (UFS) aprovou a criação de cotas afirmativas para pessoas trans em todos os cursos de graduação presenciais, com implementação prevista a partir do período letivo de 2026.1 (UFS, 2025).

A promoção da inclusão e a defesa dos direitos humanos são objetivos fundamentais da educação, especialmente quando se trata da comunidade LGBTQIAP+. Ao incorporar a educação, temos o poder de confrontar os estereótipos, combater a discriminação e promover um clima de aceitação e apreciação para indivíduos de diversas orientações sexuais e identidades de gênero. Lamentavelmente, as instituições educacionais, em sua maioria, ignoram as necessidades dos indivíduos dentro da comunidade LGBTQIAP+. Consequentemente, uma atmosfera hostil e desanimadora pode prevalecer nas escolas, levando a consequências adversas no desempenho acadêmico, na autoestima e no bem-estar psicológico dos indivíduos LGBTQIAP+ (Newman *et al.*, 2021). Corroborando com Newman e colaboradores, Bevenides (2023) cita que a falta de políticas universitárias claras e inclusivas pode tornar o ambiente universitário bastante hostil e desrespeitoso para estudantes trans e impactar negativamente no desempenho acadêmico deles.

2.3 FATORES ASSOCIADOS À DESISTÊNCIA X RETENÇÃO E PERMANÊNCIA

Segundo Newman *et al.* (2021),

para promover a inclusão LGBTQIAP+ na educação, é necessário abordar as disparidades e as desigualdades estruturais, garantir que as políticas e as práticas educacionais sejam inclusivas e protejam os direitos das pessoas LGBTQIAP+, e educar os alunos, os professores e os funcionários sobre a diversidade sexual e de gênero.

Para Bevenides (2023), múltiplos fatores interferem na desistência ou retenção e permanência de estudantes trans nas universidades, por exemplo: 1) *Clima social e*

ambiente universitário: alunos trans que sofrem qualquer tipo de preconceito (discriminação, hostilidade, exclusão) tendem a ser mais propensos à desistência do curso. 2) *Acesso a recursos e apoio* e 3) *Políticas universitárias claras e inclusivas*: as universidades que oferecem alguns recursos voltados especificamente para esta comunidade (grupos de apoio, mentoria, bolsas) e que garantem que esta população tenha seus direitos e identidade de gênero respeitados, tendem a reter mais os estudantes trans nas instituições. 4) *Acesso à saúde mental e bem-estar*: alunos trans com acesso a recursos que auxiliem na saúde mental e no bem-estar têm maior propensão a permanecer na universidade.

A colaboração multidisciplinar é importante para a inclusão e retenção LGBTQIAP+ na educação, promovendo um ambiente seguro, acolhedor e inclusivo, onde todos têm a oportunidade de pleno desenvolvimento, independente da orientação sexual ou identidade de gênero (Newman *et al.*, 2021).

2.4 TIPOS DE ESTUDO

A presente pesquisa foi conduzida a partir de dois estudos: análise documental e estudo observacional.

De acordo com Souza (2012), a análise documental configura-se como um procedimento metodológico sistemático que envolve a identificação, a verificação da autenticidade e a apreciação crítica de documentos, orientadas por objetivos previamente definidos, permitindo a extração de informações relevantes para a compreensão do objeto de estudo a partir de registros institucionais, normativos ou históricos.

Estudo observacional caracteriza-se como um delineamento metodológico orientado à observação sistemática e criteriosa de um fenômeno — ou de aspectos específicos dele — com o objetivo de responder a uma questão de pesquisa científica. Esse tipo de estudo pressupõe planejamento prévio, registro rigoroso das informações observadas e articulação analítica dos dados empíricos com proposições teóricas mais amplas, conferindo consistência e validade ao processo investigativo. (CORDASSO *et al.*, 2008).

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a existência de políticas de ações afirmativas voltadas para a população trans nas universidades federais do Brasil, bem como as experiências, desafios e percepções de mulheres trans no contexto universitário da Universidade Federal de Sergipe (UFS), com foco nas condições de permanência, acolhimento institucional e impacto da transfobia na vivência acadêmica e na saúde mental.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar as políticas, regulamentações e iniciativas das universidades federais brasileiras voltadas para a promoção da diversidade de gênero e sexualidade, especialmente a mulheres trans e travestis;
- Reconhecer a percepção das mulheres trans e travestis sobre as políticas e ações inclusivas existentes na Universidade Federal de Sergipe – UFS, voltadas para essa população;
- Compreender as experiências de acolhimento, de transfobia e de autoafirmação de gênero na Universidade Federal de Sergipe – UFS;
- Elucidar a percepção das alunas trans da Universidade Federal de Sergipe – UFS a respeito dos motivos que podem contribuir para a desistência dessa população da universidade.

4 METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida em duas fases: uma análise documental das publicações oficiais das universidades federais do Brasil e um estudo observacional.

4.1 ANÁLISE DOCUMENTAL

4.1.1 Desenho do estudo

Esta etapa do estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental de natureza quali-quantitativa que tem como base a análise crítica das políticas e iniciativas de ação afirmativa para inclusão e permanência de pessoas trans nas Universidades Públicas das cinco regiões do Brasil. O fito dessa procura é compreender o estado e o avanço/retrocesso das políticas de assistência estudantil nessas instituições.

4.1.2 Contexto e etapas do estudo

O presente estudo foi desenvolvido no contexto de um projeto guarda-chuva intitulado “Inclusão e Permanência de Mulheres Trans na Universidade Federal de Sergipe: Desafios e Perspectivas” vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Aplicadas à Saúde (PPGCAS) e foi submetido ao Edital temático Nº 08/2024 da COPES/POSGRAP/UFS - “Representatividade Feminina no Ambiente Acadêmico” (UFS, 2024). Este visa analisar as regulamentações de iniciativas de ação afirmativa em prol das mulheres trans e travestis na Universidade Federal de Sergipe - UFS, bem como, identificar e avaliar os fatores que influenciam na permanência e evasão destas do âmbito acadêmico. Neste contexto, como etapa prévia da pesquisa, surgiu a necessidade de investigar a realidade das políticas e projetos de ação afirmativa de todas as universidades federais do país para melhor contextualizar a situação dessas discentes no cenário universitário.

Assim, para atingir estes anseios, as etapas deste estudo foram delineadas da seguinte maneira:

- Definição das variáveis analisadas;
- Coleta dos dados nos Portais Oficiais;
- Análise e discussão dos dados.

4.1.3 Participantes

Conforme o Censo da Educação Superior, em 2022 havia 2.595 instituições públicas e privadas no Brasil, sendo 205 universidades e, destas, 116 públicas,

divididas entre federais e estaduais (INEP, 2023). O recorte escolhido para o presente trabalho foram apenas as universidades federais, por estarem submetidas a administração e orientação dos órgãos da União, refletindo, de certa forma, os esforços do Governo Federal nas políticas e ações presentes nessas universidades. Além disso, a análise de somente esse extrato mostrou-se mais viável no tempo proposto para realização das tarefas do que a tentativa de fazer a pesquisa em todas as instituições existentes na nação. Também, pela direção das universidades privadas serem diversas e não estarem a dispor da esfera pública, optou-se por não as incluir nas buscas juntamente com as universidades estaduais, que também não dispõem da União.

Logo, entre os meses de junho e setembro de 2024, analisaram-se somente as Universidades Federais do país, isto é, sessenta e nove ($n=69$) instituições, sendo dezenove ($n=20$) da região Nordeste, vinte ($n=19$) da região Sudeste, cinco ($n=8$) da região Centro-Oeste, dez ($n=11$) da região Norte e dez ($n=11$) da região Sul (BRASIL, 2024)

4.1.4 Variáveis analisadas

O presente estudo dialoga com os achados de Rosa (2020), que analisou as políticas públicas voltadas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no ensino superior, com foco no caso da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Partindo dessa base, ampliamos o escopo para explorar o cenário atual das políticas afirmativas nas Universidades Federais brasileiras como um todo, identificando avanços, lacunas e desafios persistentes. A seguir, são detalhados os principais aspectos observados, organizados em categorias como distribuição regional, abrangência das políticas e impactos na inclusão e permanência da população trans no ambiente acadêmico, sendo posteriormente classificados em subcategorias: No que se refere aos programas de cotas, foram incluídas iniciativas tanto para cursos de graduação quanto de pós-graduação. Já na categoria uso do nome social, foram desconsideradas situações que exigissem a abertura de processos internos para alteração do nome nos sistemas institucionais.

As variáveis escolhidas foram previamente selecionadas utilizando-se o estudo de Rosa (2020) como subsídio para construção do trabalho. Nele há menções às

políticas voltadas à população trans entre os anos de 2008 e 2019, a qual adaptamos para conterem também as mudanças ocorridas entre os anos de 2020 e 2024. As variáveis foram as seguintes:

- Uso do nome social;
- Programa de cotas para pessoas trans na graduação e pós-graduação;
- Auxílios específicos para pessoas trans;
- Serviço ambulatorial especializado (ambulatórios transexualizadores);
- Identificação de banheiros neutros e inclusivos;
- Portarias/resoluções/políticas voltadas à população trans;
- Comitês/departamentos/comissões para formulação de ações afirmativas em prol da diversidade de gênero e das necessidades dos indivíduos LGBTQIAPN+.

4.1.5 Coleta dos dados

Buscou-se nos Portais Oficiais de cada uma das sessenta e nove (n=69) instituições analisadas por portarias, resoluções e normativas voltadas para pessoas trans utilizando-se dos seguintes descritores: “mulheres trans”, “trans”, “travesti(s)”, “LGBT”, “LGBTQIAPN+”, “universidade”, “inclusão”, “permanência”, “ação(ões) afirmativa(s)”, “políticas”, “universidade pública/federal”, “nome social”, “cotas”, “resolução(ões)”, “normativa(s)” e “portaria(s)”, “banheiro(s)”, “ambulatório(s)”, “política estudantil”, “assistência estudantil” e “diversidade”. As buscas também foram feitas mediante busca simples no Google usando a sigla da universidade e os descritores escolhidos (exemplo: UFS nome social), a fim de encontrar também publicações avulsas.

Outrossim, também entramos em contato com as reitorias e departamentos responsáveis pela assistência estudantil de cada instituição, mediante um e-mail padrão, no qual informávamos sobre o projeto e o intuito de nosso contato em busca de informações mais precisas acerca da existência de políticas e iniciativas de ação afirmativa para pessoas trans presentes na instituição, como cotas na graduação e/ou pós-graduação, auxílios financeiros, ambulatórios transexualizadores, entre outros.

4.1.6 Análise dos dados

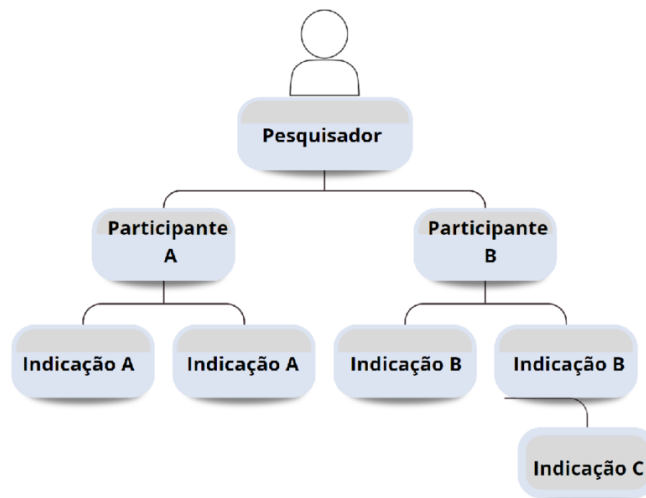
Os dados foram tabulados e analisados em planilhas do programa “Microsoft Excel”, versão de 2017, elaboradas as frequências relativa (%) e absoluta (N) das informações objetivas de cada instituição das respectivas cinco regiões do Brasil, utilizando-se desses dados, posteriormente, para fins comparativos entre os avanços/retrocessos de cada localidade da União Federal.

4.2 ESTUDO OBSERVACIONAL

Esta etapa da pesquisa foi conduzida através de um estudo observacional e transversal, realizado com 10 (dez) mulheres trans e travestis, maiores de 18 anos, estudantes de cursos de graduação ou pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe – UFS. É importante salientar que devido à falta de dados oficiais sobre a população geral desses estudantes na instituição, não foi viável realizar um cálculo amostral preciso. Em 2018, uma pesquisa promovida pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES indicou que apenas 0,2% dos/as estudantes universitários são pessoas trans, representando 3.379 pessoas em um universo de 1.689.500 estudantes. Na Universidade Federal de Sergipe, no segundo semestre de 2025, registravam-se 22.925 estudantes regularmente matriculados (UFS, 2025). Aplicando-se o percentual de 0,2%, estima-se a existência de aproximadamente 46 estudantes trans na instituição. Considerando que o presente estudo foi conduzido exclusivamente com mulheres trans, esse número apresenta redução ainda mais expressiva.

Para a coleta de dados, foi utilizado um instrumento adaptado que consiste em um questionário autoaplicável desenvolvido pelos pesquisadores com referência ao instrumento criado por Feitosa (2016) e, posteriormente, adaptado por Cunha (2023). O questionário foi disponibilizado na plataforma Google Forms® para aplicação remota. Além disso, foi adaptado o agrupamento de categorias desenvolvido por Viana (2022) para elaboração das subcategorias das perguntas do questionário deste estudo. Para a aplicação do instrumento, foi utilizada a metodologia “bola-de-neve” ou “snowball”, que consiste em uma técnica de amostragem não probabilística que ocorre pela indicação de uma pessoa ou um grupo de pessoas para outros indivíduos que fazem parte do mesmo grupo populacional (Szwarcwald *et al.*, 2021) (Figura 1).

Figura 1: Ilustração representativa da técnica bola-de-neve



Fonte: ResearchGate

O meio de coleta de dados foi dividido em três partes: 1) Informações sociodemográficas, tais como faixa etária, local de residência, escolaridade, raça/cor, identidade de gênero, orientação sexual, situação profissional, profissão e renda individual; 2) Informações referentes ao curso de graduação/pós-graduação; e 3) Análise de fatores relacionados à possibilidade ou não de desistência, incluindo considerações sobre identidade trans, experiência universitária e apoio ao estudante trans no ensino superior.

A influência de cada um dos fatores relacionados ao acesso e permanência foi avaliada por meio de uma Escala Likert de cinco pontos, variando de "Discordo Totalmente" a "Concordo Totalmente", além da opção "Prefiro não responder".

Os dados coletados foram organizados e tabulados em uma planilha do Microsoft Office® Excel 2017. Para descrever estatisticamente os dados das variáveis categóricas, foram utilizadas as frequências absoluta (N) e relativa (%).

Para alcançar os objetivos do estudo, a análise foi feita no software R versão 4.5.1, disponível livre e gratuitamente em <https://www.r-project.org/>. Inicialmente, realizou-se a limpeza e padronização do banco de dados, com a renomeação das variáveis para nomes mais curtos e a transformação de todas as respostas em fatores. As categorias de respostas em escala foram recodificadas para reduzir redundâncias.

e facilitar a interpretação. Assim, expressões como “Concordo totalmente” e “Discordo totalmente” foram agrupadas em “Concordo” e “Discordo”, e “Nem concordo, nem discordo” foi padronizada como “Neutro”. As variáveis foram divididas em dois grupos: fechadas, que tinham opções de resposta definidas, e abertas, que continham respostas discursivas. Nas variáveis fechadas, foi feita uma análise descritiva, mostrando a quantidade e o percentual de respostas em cada categoria. Em seguida, foram feitas tabelas de cruzamento entre algumas variáveis para observar possíveis relações entre as respostas. Entre os cruzamentos analisados, destacam-se: assédio por transfobia explícita × sentimento de impotência, isolamento na universidade × percepção de transfobia e transfobia na universidade × impacto na saúde mental. Para facilitar a interpretação, também foram criados gráficos de barras agrupadas usando o pacote ggplot2, mostrando o número de respondentes em cada categoria. As cores seguiram um padrão visual: vermelho para “Concordo”, verde para “Discordo” e cinza para “Neutro”.

Antes do início do estudo, as participantes foram comunicadas sobre as metas e a natureza voluntária do projeto, seus aspectos principais e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de acordo com a Resolução 466/2012 e 510/2016 do Comitê de Ética e Pesquisa. Vale ressaltar que o sigilo das informações obtidas e o anonimato dos participantes avaliados foram garantidos.

A equipe de pesquisa foi composta por uma professora doutora como orientadora, uma professora doutora como coorientadora, duas mestrandas do Programa PPGCAS e duas alunas de iniciação científica DFAL-UFS, sendo uma bolsista.

O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa, sob o parecer número 6.929.241.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados estão descritos em dois artigos científicos, sendo um artigo para cada etapa do estudo.

O capítulo 1 se refere ao artigo intitulado *Políticas e iniciativas de ação afirmativa para a população trans nas Universidades Federais do Brasil: panorama da realidade nacional* e foi submetido à revista *Ciência e Educação – Qualis A1* pela CAPES.

O capítulo 2 se refere ao artigo intitulado *Vivências de mulheres trans na Universidade Federal de Sergipe (UFS): desafios e perspectivas* e será submetido à revista *Estudos Feministas (UFSC) – Qualis A1* pela CAPES.

5.1 CAPÍTULO 1: Artigo científico da primeira etapa do estudo

Políticas e iniciativas de ação afirmativa para a população trans nas Universidades Federais do Brasil: panorama da realidade nacional.

Affirmative action policies for the trans population at Federal Universities in Brazil: reality or distant dream?

Lilian Gallinela Cruz^{1,2}

Keyse Caroline Santana Sacramento¹

Damaris Santana Cardoso^{1,2}

Dayanna Louise Leandro dos Santos⁴

Roxane Irineu de Alencar³

Giselle de Carvalho Brito^{1,2}

¹Universidade Federal de Sergipe (UFS),
Departamento de Farmácia, Lagarto, SE, Brasil. Autor
correspondente: gisellecbrito@academico.ufs.br.

²Universidade Federal de Sergipe (UFS),
Programa de Pós Graduação em Ciências Aplicadas à

Saúde (PPGCAS), Lagarto, SE, Brasil.

³Universidade Federal de Sergipe (UFS),
Departamento de Fonoaudiologia, Lagarto, SE, Brasil.

⁴Universidade Federal de Sergipe (UFS),
Programa de Pós-graduação em Educação de Sergipe
(PPGED-UFS), São Cristóvão, SE, Brasil.

Resumo: Este artigo analisa políticas e iniciativas de ação afirmativa vigentes nas Universidades Federais para inclusão e permanência de discentes trans. Trata-se de uma pesquisa exploratória e quantitativa, baseada em análise documental de portais institucionais em busca de portarias, resoluções e normativas voltadas para pessoas trans. Foi realizado contato via e-mail com as universidades em busca de informações mais precisas acerca da existência de políticas e iniciativas de ação afirmativa para pessoas trans presentes na instituição, como cotas na graduação e/ou pós-graduação, auxílios financeiros, ambulatórios transexualizadores. Foram analisadas 69 instituições das regiões do Brasil, considerando como indicadores: uso do nome social, programa de cotas para pessoas trans na graduação e pós-graduação, auxílios específicos para pessoas trans, serviço ambulatorial especializado, banheiros conforme a identidade de gênero, auxílios específicos e regulamentações institucionais. Os resultados mostram que 92,7% (n= 64) adotam o nome social, 46,4% (n=32) possuem cotas para pessoas trans e 18,8% (n=13) possuem ambulatório transexualizador. O Nordeste se destaca com o maior número (39,2%; n=62) de ações afirmativas. Contudo, lacunas como falta de identificação adaptada (92,0%; n=63) e serviços especializados limitam a inclusão plena. O estudo evidencia a urgência de aprimorar e ampliar políticas institucionais de ação afirmativa, de modo a assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência qualificada e o bem-estar integral de estudantes trans no âmbito das universidades federais.

Palavras-chave: Ação Afirmativa; Inclusão Social; Diversidade de Gênero; Pessoas Trans; Travestis; Universidades, Política de Educação Superior.

Abstract: This article analyzes the affirmative action policies and initiatives currently implemented in Brazilian federal universities to promote the inclusion and retention of trans students. It is an exploratory, quantitative study based on a documentary analysis of institutional

websites, searching for ordinances, resolutions, and regulations directed at trans individuals. Additionally, email contact was made with the universities to obtain more precise information regarding the existence of affirmative action policies and initiatives for trans people within the institutions, such as undergraduate and/or graduate quotas, financial aid, specialized trans health services, among others. A total of 69 institutions from all regions of Brazil were analyzed, considering the following indicators: use of social name, quota programs for trans individuals at the undergraduate and graduate levels, specific financial support for trans students, specialized health services, gender-appropriate restroom infrastructure, and institutional regulations. The results indicate that 92.7% (n=64) of the universities adopt the use of social name, 46.4% (n=32) implement quotas for trans students, and 18.3% (n=13) provide specialized health services. The Northeast region stands out with the highest number of affirmative action measures (39.2%; n=62). However, gaps such as the lack of adapted infrastructure (92.0%; n=63) and limited specialized services continue to hinder full inclusion. The study highlights the urgency of improving and expanding institutional affirmative action policies in order to ensure not only access, but also the qualified retention and overall well-being of trans students within federal universities.

Keywords: Affirmative Action; Social Inclusion; Gender Diversity; Trans Persons; Transvestites; Universities; Higher Education Policy.

Introdução

A partir da segunda onda do movimento feminista, nas décadas de 1960 e 1970, as discussões sobre sexo e gênero adquiriram destaque, com as mulheres reivindicando a igualdade de direitos entre homens e mulheres. O gênero, sendo plural e representativo de uma construção social, define as relações de poder na sociedade e, também, o que se espera socialmente para os homens e para as mulheres, numa perspectiva binária (Beauvoir, 1980). Segundo Santos (2019), indivíduos que não se encaixam no modelo binário homem/mulher são percebidos pela sociedade como corpos desprovidos de relevância e, por não possuírem uma existência legitimada, tornam-se suscetíveis a diversas formas de violência.

Nesse contexto, a população trans é composta por indivíduos cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo atribuído ao nascimento, englobando, portanto, pessoas trans, travestis e transexuais e outras identidades de gênero que não se inserem no binarismo de gênero

masculino ou feminino (Bevenides, 2023). Além disso, homens e mulheres trans reivindicam o direito legal e social de serem reconhecidos na sociedade (Jesus, 2012). Nesse sentido, a identidade de gênero afeta o acesso e a permanência no mercado de trabalho, portanto, a população trans está historicamente em posição de desigualdade de direitos, não acessando direitos básicos, e assim sofrem a radicalidade da exclusão (Butler, 2002; Bento, 2011).

Tradições, crenças e valores enraizados em uma lógica cisheteronormativa marginalizam identidades vistas como dissidentes, o que ajuda a explicar a brutalidade enfrentada especialmente por essas mulheres trans e travestis. Diante disso, é possível notar que as diversas formas de violência vividas por esse grupo populacional impactam de forma direta nas suas experiências sociais, desde a ruptura com o núcleo familiar, até no acesso às instituições de ensino e serviços de saúde. Enquanto ambientes que deveriam promover o acolhimento e respeitar as diversidades, estes ambientes reproduzem e reverberam o ciclo de violência, por meio da violação dos seus direitos (Jesus, 2022).

Portanto, as instituições de ensino deveriam configurar, para essa população, um ambiente democrático, pautado pelo respeito e acolhimento das diversidades, funcionando como um espaço propício para discussões sociais, aberto a novas ideias, opiniões e posicionamentos, com especial atenção à resolução de problemas (DORSA, 2019). No entanto, além da ausência de políticas públicas que aprimorem a experiência desse grupo populacional no contexto acadêmico, as iniciativas existentes não conseguem suprir de forma plena as necessidades desses indivíduos, o que contribui para sua "expulsão" desses espaços (BENTO, 2011). Naturalizar a interrupção das jornadas escolares de estudantes trans e travestis evidencia o descompromisso das instituições de ensino em garantir, além do acesso, a permanência estudantil como princípio fundamental da política educacional brasileira (SANTOS, 2019).

Dados recentes revelam que, em 2024, pelo menos 9 mil estudantes trans estavam matriculados em escolas públicas das redes estaduais de ensino em 14 estados e no Distrito Federal. Entretanto, a evasão escolar entre pessoas trans permanece alarmante. Uma pesquisa da Rede Trans Brasil revelou que, em um grupo de 1,1 mil mulheres trans entrevistadas, 63,9% não possuíam o ensino médio completo, e 34,7% não concluíram o ensino fundamental. Nos últimos anos, as políticas públicas brasileiras possibilitaram a ampliação das vagas no ensino superior no Brasil, como o Decreto nº 8.727/2016, a Portaria MEC nº 33/2018 e a Lei nº 12.711 que reserva de 50% das vagas em universidades e institutos federais para estudantes que tenham cursado o nível médio em escolas públicas. No entanto, embora essas iniciativas beneficiem,

de maneira geral, a população trans, ainda há uma carência de ações específicas voltadas para as necessidades desses indivíduos nas instituições de ensino superior da federação (SCOTE & GARCIA, 2020).

Em contrapartida, em 2016 foi promulgado o Decreto nº 8.727, que reconhece a identidade de gênero e garante o uso do nome social em todos os órgãos da União (BRASIL, 2016). Esse decreto representou um dos fatores que contribuíram para a ampliação do acesso de pessoas trans ao ensino superior (SCOTE; GARCIA, 2020), uma vez que reconheceu a existência dessa identidade de gênero e a resistência desses indivíduos ao sistema heteronormativo binário (LINO; DUQUE, 2022). É importante ressaltar que o reconhecimento da identidade de gênero nos documentos oficiais (nome social) continua a ser um desafio nesses ambientes. Nesse sentido, algumas instituições demonstram-se inflexíveis ou despreparadas para lidar com tais questões, o que contribui diretamente para o aumento da taxa de evasão estudantil, impactando não apenas no acesso ao ensino superior, mas também nas oportunidades no mercado de trabalho (SOUZA, 2020).

No contexto das vulnerabilidades enfrentadas pelas pessoas trans, especialmente no que se refere à educação, destaca-se o fato de serem vítimas de diversas formas de violência por parte da comunidade acadêmica, por exemplo: preconceitos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças, humilhações, discriminação verbal e física, exclusão de grupos, entre outras. De acordo com Santos (2019), essas formas de violência constituem um “poderoso mecanismo de silenciamento e de dominação simbólica”. Assim, o acesso e a continuidade dessa população no ensino superior ainda são limitados, uma vez que se estima que apenas 0,2% das pessoas trans estejam matriculadas na graduação e pós-graduação (ANTRA, 2022), representando 3.379 pessoas em um universo de 1.689.500 estudantes.

Segundo Pereira e colaboradores (2024), as políticas de ações afirmativas constituem componentes centrais da política educacional, uma vez que emergem das reivindicações por direitos humanos, em especial no que tange à promoção da inclusão no âmbito educacional. Nesse contexto, é compreensível considerar o acesso à educação em todos os níveis como um elemento fundamental para o exercício pleno da cidadania, dado que a educação desempenha papel determinante tanto na formação integral dos indivíduos quanto no desenvolvimento social e no avanço coletivo da sociedade.

Ainda são incipientes as iniciativas institucionais orientadas à sua inserção e permanência no ambiente acadêmico, tais como a oferta de bolsas estudantis específicas e a

implementação de programas de capacitação profissional destinados à promoção de um tratamento adequado e respeitoso a essa população. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi identificar as políticas e iniciativas de ação afirmativa voltadas para a população trans existentes nas universidades federais do Estado.

Metodologia

Desenho do estudo

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental de natureza quali-quantitativa que tem como base a análise crítica das políticas e iniciativas de ação afirmativa para inclusão e permanência de pessoas trans nas Universidades Públicas das cinco regiões do Brasil. O fito dessa procura é compreender o estado e o avanço/retrocesso das políticas de assistência estudantil nessas instituições.

Contexto e etapas do estudo

O presente estudo foi desenvolvido no contexto de um projeto guarda-chuva intitulado Inclusão e Permanência de Mulheres Trans na Universidade Federal de Sergipe: Desafios e Perspectivas vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Aplicadas à Saúde (PPGCAS) e foi submetido ao Edital temático Nº 08/2024 da COPES/POSGRAP/UFS - Representatividade Feminina no Ambiente Acadêmico (UFS, 2024). Este visa analisar as regulamentações de iniciativas de ação afirmativa em prol das mulheres trans e travestis na Universidade Federal de Sergipe - UFS, bem como, identificar e avaliar os fatores que influenciam na permanência e evasão destas do âmbito acadêmico. Neste contexto, como etapa prévia da pesquisa, surgiu a necessidade de investigar a realidade das políticas e projetos de ação afirmativa de todas as universidades federais do país para melhor contextualizar a situação dessas discentes no cenário universitário.

Assim, para atingir estes anseios, as etapas deste estudo foram delineadas da seguinte maneira:

1. Definição das variáveis analisadas;
2. Coleta dos dados nos Portais Oficiais;
3. Análise e discussão dos dados.

Participantes

Conforme o Censo da Educação Superior, em 2022 havia 2.595 instituições públicas e privadas no Brasil, sendo 205 universidades e, destas, 116 públicas, divididas entre federais e estaduais (INEP, 2023). O recorte escolhido para o presente trabalho foram apenas as universidades federais, por estarem submetidas a administração e orientação dos órgãos da União, refletindo, de certa forma, os esforços do Governo Federal nas políticas e ações presentes nessas universidades. Além disso, a análise de somente esse extrato mostrou-se mais viável no tempo proposto para realização das tarefas do que a tentativa de fazer a pesquisa em todas as instituições existentes na nação. Também, pela direção das universidades privadas serem diversas e não estarem a dispor da esfera pública, optou-se por não as incluir nas buscas juntamente com as universidades estaduais, que também não dispõem da União.

Logo, entre os meses de junho e setembro de 2024, analisaram-se somente as Universidades Federais do país, isto é, sessenta e nove (n=69) instituições, sendo dezenove (n=20) da região Nordeste, vinte (n=19) da região Sudeste, cinco (n=8) da região Centro-Oeste, dez (n=11) da região Norte e dez (n=11) da região Sul (BRASIL, 2024).

Variáveis analisadas

O presente estudo dialoga com os achados de Rosa (2020), que analisou as políticas públicas voltadas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no ensino superior, com foco no caso da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Partindo dessa base, ampliamos o escopo para explorar o cenário atual das políticas afirmativas nas Universidades Federais brasileiras como um todo, identificando avanços, lacunas e desafios persistentes. A seguir, são detalhados os principais aspectos observados, organizados em categorias como distribuição regional, abrangência das políticas e impactos na inclusão e permanência da população trans no ambiente acadêmico, sendo posteriormente classificados em subcategorias: No que se refere aos programas de cotas, foram incluídas iniciativas tanto para cursos de graduação quanto de pós-graduação. Já na categoria uso do nome social, foram desconsideradas situações que exigissem a abertura de processos internos para alteração do nome nos sistemas institucionais.

As variáveis escolhidas foram previamente selecionadas utilizando-se o estudo de Rosa

(2020) como subsídio para construção do trabalho. Nele há menções às políticas voltadas à população trans entre os anos de 2008 e 2019, a qual adaptamos para conterem também as mudanças ocorridas entre os anos de 2020 e 2024. As variáveis foram as seguintes:

- Uso do nome social;
- Programa de cotas para pessoas trans na graduação e pós-graduação;
- Auxílios específicos para pessoas trans;
- Serviço ambulatorial especializado (ambulatórios transexualizadores);
- Identificação de banheiros neutros e inclusivos;
- Portarias/resoluções/políticas voltadas à população trans;
- Comitês/departamentos/comissões para formulação de ações afirmativas em prol da diversidade de gênero e das necessidades dos indivíduos LGBTQIAPN+.

Coleta dos dados

Buscou-se nos Portais Oficiais de cada uma das sessenta e nove (n=69) instituições analisadas por portarias, resoluções e normativas voltadas para pessoas trans utilizando-se dos seguintes descritores: “mulheres trans”, “trans”, “travesti(s)”, “LGBT”, “LGBTQIAPN+”, “universidade”, “inclusão”, “permanência”, “ação(ões) afirmativa(s)”, “políticas”, “universidade pública/federal”, “nome social”, “cotas”, “resolução(ões)”, “normativa(s)” e “portaria(s)”, “banheiro(s)”, “ambulatório(s)”, “política estudantil”, “assistência estudantil” e “diversidade”. As buscas também foram feitas mediante busca simples no Google usando a sigla da universidade e os descritores escolhidos (exemplo: UFS nome social), a fim de encontrar também publicações avulsas.

Outrossim, também entramos em contato com as reitorias e departamentos responsáveis pela assistência estudantil de cada instituição, mediante um e-mail padrão, no qual informávamos sobre o projeto e o intuito de nosso contato em busca de informações mais precisas acerca da existência de políticas e iniciativas de ação afirmativa para pessoas trans presentes na instituição, como cotas na graduação e/ou pós-graduação, auxílios financeiros, ambulatórios transexualizadores, entre outros.

Análise dos dados

Os dados foram tabulados e analisados em planilhas do programa “Microsoft Excel”,

versão de 2017, elaboradas as frequências relativa (%) e absoluta (N) das informações objetivas de cada instituição das respectivas cinco regiões do Brasil, utilizando-se desses dados, posteriormente, para fins comparativos entre os avanços/retrocessos de cada localidade da União Federal.

Resultados e Discussão

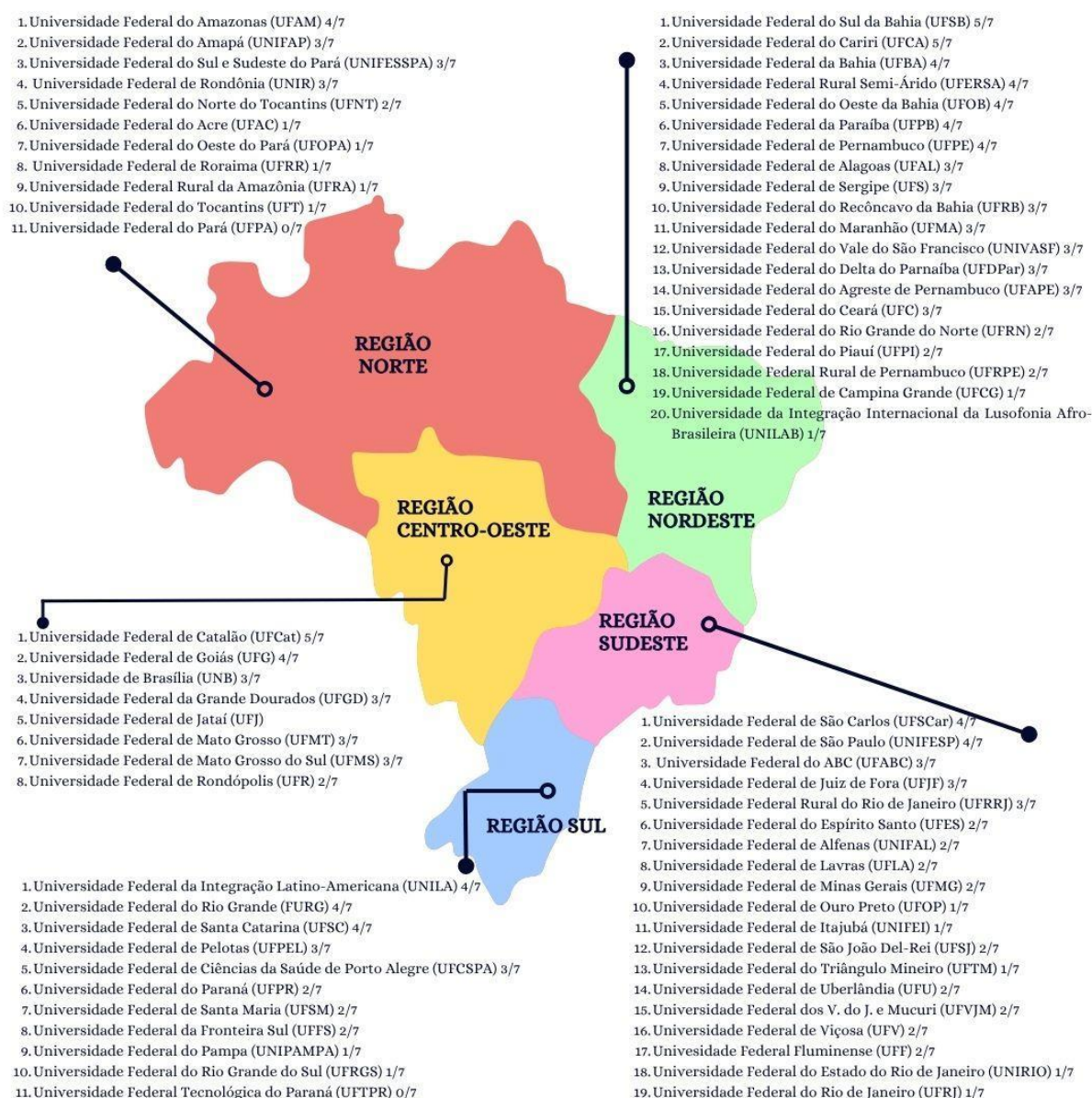
Resultados

A análise dos dados (tabela 1) oferece uma visão abrangente das políticas implementadas nas instituições de ensino superior do Brasil para o acolhimento e suporte às pessoas trans, considerando o cenário nacional e as particularidades regionais. A tabela apresenta a distribuição de diversas políticas e serviços, incluindo o uso do nome social, programas de cotas, serviços ambulatoriais especializados, acesso a banheiros, auxílios, portarias/resoluções/políticas institucionais e a criação de comitês específicos para a população trans.

Cenário Nacional

No cenário nacional, observa-se que a política de uso do nome social é a mais amplamente adotada, com 92,7% (n=64) das instituições brasileiras adotando essa prática. Em termos de programas de cotas, 46,4% (n=32) das instituições oferecem algum tipo de reserva de vagas para pessoas trans. No entanto, o acesso a serviços ambulatoriais especializados é ainda muito limitado, com apenas 18,8% (n=13) das instituições oferecendo esse tipo de suporte. As políticas relacionadas ao acesso a banheiros neutros e inclusivos são ainda escassas, com apenas 7,2% (n=5) das instituições implementando essa medida. As políticas de auxílio financeiro específico para pessoas trans também são incipientes, com uma presença de apenas 6,2% (n=4). A presença de portarias/resoluções/políticas institucionais que regulamentam o acolhimento dessa população aparece em 40,6% (n=28) das instituições, enquanto comitês/departamentos/comissões voltados para a questão trans estão presentes em 31,9% (n=22) das instituições.

Figura 1: Relação das Universidades Federais brasileiras por região e quantitativo de políticas e iniciativas de ações afirmativas



Fonte: Autoral.

Cenários Regionais

Nordeste

No Nordeste, o cenário revela um alto nível de adoção do uso do nome social (95%, n=19), refletindo um compromisso regional com o reconhecimento da identidade de gênero. Em relação ao programa de cotas, 45% (n=9) das instituições implementam essa política, estando um pouco abaixo da média nacional. A região se destaca na existência de ambulatórios

transexualizadores com 30% (n=6) das instituições oferecendo esse suporte, o que é consideravelmente superior ao cenário nacional. Contudo, o acesso a banheiros neutros e auxílios financeiros ainda é limitado, com 20% (n=4) das instituições implementando banheiros neutros e 15% (n=3) oferecendo auxílios financeiros. As portarias/resoluções/políticas institucionais também têm boa adesão no Nordeste, com 60% (n=12) das instituições adotando tais medidas, e a criação de comitês específicos para a população trans está presente em 45% (n=9) das instituições, um número expressivo que indica uma abordagem organizacional mais estruturada.

Norte

A região Norte apresenta dados que refletem uma situação de maior exclusão para a população trans no ensino superior. O uso do nome social é praticado por 81,8% (n=9) das instituições, uma taxa ainda alta, mas abaixo da média nacional e regional do Nordeste. No entanto, apenas 36,4% (n=4) das instituições oferecem programas de cotas, o que revela um menor compromisso com a inclusão através de reservas de vagas. A existência de ambulatórios transexualizadores é notavelmente baixa, com apenas 9,1% (n=1) das instituições oferecendo esse suporte. O cenário de banheiros neutros e inclusivos é ainda mais grave, com nenhuma instituição do Norte oferecendo essa infraestrutura. A oferta de auxílios financeiros também é inexistente na região. Quanto às portarias/resoluções/políticas, 36,4% (n=4) das instituições do Norte adotam alguma medida institucional de apoio à população trans, um número inferior ao do Nordeste e ao do Brasil como um todo. Já a criação de comitês específicos é registrada em apenas 27,3% (n=3) das instituições.

Sul

O Sul apresenta um cenário misto, com uma forte adesão ao uso do nome social (100%, n=11) e à política de programas de cotas (54,5%, n=6). No entanto, a existência de ambulatórios transexualizadores é limitada, com 18,2% (n=2) das instituições oferecendo esse serviço. A oferta de banheiros identificados é de 9,1% (n=1), o que indica uma lacuna significativa na infraestrutura de apoio. A implementação de auxílios financeiros é nula na região, o que evidencia uma lacuna no apoio material aos estudantes trans. A presença de portarias/resoluções/políticas institucionais na região Sul é de 45,5% (n=5), enquanto a criação

de comitês específicos aparece em 18,2% (n=2) das instituições.

Sudeste

No Sudeste, a política de uso do nome social tem uma adesão de 94,7% (n=18), próxima à média nacional. No entanto, os programas de cotas são adotados por apenas 36,8% (n=7) das instituições, um número inferior ao observado no Centro-Oeste e Sul. A existência de ambulatorios transexualizadores é de 15,8% (n=3), mais baixo do que em outras regiões como o Nordeste. O acesso a banheiros neutros e auxílios financeiros ainda é inexistente ou irrelevante (0%, n=0) nas instituições da região. Em relação às portarias/resoluções/políticas institucionais, apenas 26,3% (n=5) das instituições do Sudeste adotam medidas formais para apoiar a população trans, e a criação de comitês específicos aparece em 31,6% (n=6).

Centro-Oeste

A região Centro-Oeste se destaca por uma forte adoção do uso do nome social (100%, n=8) e pelo elevado percentual de programas de cotas (75%, n=6). No entanto, o acesso a existência de ambulatorios transexualizadores é limitada, com apenas 25% (n=2) das instituições oferecendo esse tipo de suporte. A sinalização de banheiros neutros e a oferta de auxílios financeiros ainda são escassas, com apenas 12,5% (n=1) das instituições oferecendo auxílios. A região se destaca em relação à implementação de portarias/resoluções/políticas institucionais (25%, n=2), e a criação de comitês específicos é encontrada em 37,5% (n=3) das instituições.

Tabela 1: Distribuição das políticas afirmativas voltadas à população trans e travesti nas Universidades Federais do Brasil por região.

Categorias	Brasil		Nordeste		Norte		Sul		Sudeste		Centro-Oeste	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%
Uso do nome social	64	92,7	19	95,0	9	81,8	11	100,0	18	94,7	8	100,0
Programa de cotas	32	46,4	9	45,0	4	36,4	6	54,5	7	36,8	6	75,0
Serviço ambulatorial especializado	13	18,8	6	30,0	1	9,1	2	18,2	3	15,8	2	25,0
Banheiro	5	7,2	4	20,0	0	0,0	1	9,1	0	0,0	0	0,0
Auxílios	4	6,2	3	15,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	12,5
Portarias/resoluções/políticas	28	40,6	12	60,0	4	36,4	5	45,5	5	26,3	2	25,0
Comitês/departamentos/comissões	22	31,9	9	45,0	3	27,3	2	18,2	6	31,6	3	37,5

Fonte: Autoral.

Discussão

Compreender as relações entre gênero e educação é fundamental para analisar a configuração social atual e elaborar estratégias educacionais. De acordo com Souza e colaboradores (2021), entende-se a universidade como espaço com complexa estrutura hierárquica e relações desiguais, onde mulheres e populações fora do padrão heteronormativo imposto pela sociedade se percebem vulneráveis. Tal fato explica a importância do entendimento sobre como as diferenças sociais possibilitam a manutenção da desigualdade nas relações entre os gêneros (LOPES, 2021). Dentre os modelos existentes que podem auxiliar a desvendar os motivos da evasão educacional, o mais utilizado é o proposto por Vincent Tinto, conhecido pelo nome Teoria da Integração do Estudante (TIE), onde o autor propõe que a relação estudante x sistema acadêmico/social apresenta o conjunto de fatores mais relacionado com a evasão escolar (CUNHA *et al.*, 2023).

A possibilidade do uso do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ocorreu pela primeira vez em 2014, ano em que 102 solicitações oficiais para o uso do nome social foram realizadas, enquanto no ano de 2016, apenas 2 anos após, 408 pessoas realizaram a solicitação, um número 4 vezes maior (BRASIL, 2016). Segundo o Ministério da Educação (MEC), em 2023 esse número subiu para 1.526 requisições (BRASIL, 2023). Esses dados demonstram a tendência no aumento do número de pessoas trans e travestis no ensino superior e, embora os direitos dessa população ao acesso à educação tenham sido progressivamente conquistados por meio dos movimentos sociais, os resultados deste estudo demonstram que ainda há uma carência de políticas afirmativas robustas e aplicáveis no intuito de reter esses

estudantes e diminuir o percentual de evasão desse grupo das universidades.

Apesar de programas governamentais mais amplos beneficiarem pessoas trans em segmentos mais amplos, a ausência de programas específicos de acesso à universidade para essa população é notória. Isso evidencia uma lacuna nas políticas públicas, uma vez que muitas pessoas trans enfrentam barreiras significativas para ingressar no ensino superior (SCOTE, 2019). Embora as cotas sejam uma medida importante, elas não são suficientes para garantir a permanência dentro da universidade. Os resultados deste estudo evidenciam que, embora as políticas de cotas apresentem abrangência proporcionalmente superior às políticas de auxílio à permanência, ambas ainda se mostram incipientes no âmbito das universidades federais brasileiras e, mesmo quando existentes, revelam-se insuficientes para garantir a permanência de pessoas trans e travestis.

Segundo Bevenides (2023), as pessoas trans e travestis enfrentam as mais diversas formas de discriminação e violência, a maioria sem emprego, em subempregos ou na prostituição, além do alto índice de abandono familiar. Considerando este cenário, além da implementação de cotas para os cursos da graduação, faz-se necessária a implementação de outras políticas afirmativas que envolvam formas de ajudar na permanência deste grupo na universidade, como auxílios de moradia, transporte e alimentação. Segundo informações da ANTRA (2017), 90% das travestis e mulheres transexuais recorrem à prostituição como meio de sustento, devido à baixa aceitação no mercado de trabalho formal e à falta de qualificação profissional, resultante das diversas formas de exclusão enfrentadas por esta população.

Apesar do discurso de qualidade e equidade nos serviços de saúde, indivíduos pertencentes a grupos marginalizados, como mulheres trans e travestis, ainda enfrentam altos índices de violência e discriminação institucional (SANTIS *et al.*, 2020). Essas experiências negativas contribuem significativamente para o agravamento da morbimortalidade nessa população (SILVA *et al.*, 2024). Embora tais ambulatórios não ofereçam atenção primária, são fundamentais para acolher pessoas trans em processo de transição, promovendo acesso a cuidados que fortalecem sua autoestima e inserção social (CARVALHO *et al.*, 2022). A inexistência desses serviços no ambiente universitário expõe estudantes trans a um sistema de saúde despreparado para compreender suas demandas específicas, impactando negativamente seu bem-estar e trajetória acadêmica (GOULART, 2018). A inclusão, portanto, requer mais que acesso: exige suporte contínuo e sensível às necessidades dessa população. Além disso, torna-se urgente capacitar equipes de atenção básica e reformular as matrizes curriculares dos cursos

da área da saúde, a fim de formar profissionais mais preparados e empáticos.

A maioria das universidades federais brasileiras ainda não disponibiliza banheiros com identificação adequada e inclusiva para pessoas trans, o que contribui para sentimentos de invisibilidade, insegurança e desconforto no ambiente acadêmico. Segundo a ANTRA (2023), diversos episódios de violência contra essa população ocorrem justamente no uso de banheiros públicos. Seelman (2016) demonstrou que a ausência de acesso a banheiros neutros e dormitórios alinhados à identidade de gênero de pessoas trans está associada a um aumento nas tentativas de suicídio, mesmo quando se considera a vitimização interpessoal. Esses dados evidenciam a urgência de políticas institucionais que garantam segurança física, moral e psicológica aos estudantes trans. A permanência estudantil passa também pela criação de espaços seguros e respeitosos. A sinalização tradicional de banheiros como “masculino” e “feminino” espelha a lógica binária de organização social. Essa estrutura, ao permanecer inalterada, reforça a exclusão de identidades que não se encaixam nas normas cisgêneras. Assim, corpos dissidentes continuam marginalizados e invisibilizados (GREGNER e SOUZA, 2024).

Conforme observado por Siegel (2019), as experiências das pessoas trans nas instituições de ensino superior são marcadamente heterogêneas, evidenciando a inexistência de uma vivência trans universal e de um modelo homogêneo de apoio a estudantes trans. Essa diversidade experiencial indica que o enfrentamento da transfobia, em suas dimensões interpessoais e sistêmicas, requer intervenções que sejam sensíveis aos contextos específicos, articulando respostas às particularidades sociais, culturais e institucionais de cada espaço educativo. Ainda assim, como delineado neste estudo, é possível identificar demandas recorrentes que impactam de maneira significativa a permanência e a trajetória acadêmica de pessoas trans. A efetivação de medidas inclusivas depende, em grande medida, da formulação e implementação de normativas institucionais — portarias, resoluções e políticas internas — capazes de estruturar e legitimar práticas de inclusão. Tais instrumentos não apenas formalizam as políticas de ações afirmativas, mas também constituem mecanismos estratégicos de enfrentamento das desigualdades estruturais e da exclusão histórica.

As políticas de ações afirmativas desempenham papel estratégico no fortalecimento da sociabilidade e das práticas democráticas, ao promoverem a confrontação de distintas propostas curriculares, considerando que o currículo constitui um campo de disputas simbólicas e institucionais. Essas disputas não se restringem às formulações de políticas públicas, mas

permeiam a formação de professoras e professores, as práticas pedagógicas cotidianas e a defesa da educação pública, tanto em âmbito escolar quanto universitário. A democracia, nesse contexto, configura-se como espaço fundamental para a construção e negociação das identidades políticas, que não devem assumir caráter hegemônico. Diante disso, o terreno democrático é concebido como locus de disputa contínua e de articulação entre múltiplas perspectivas e interesses, permitindo a pluralidade de vozes e a legitimação de diferentes formas de participação política (MOREIRA, 2024).

Os dados apresentados na Tabela 1 evidenciam avanços relevantes no processo de institucionalização de políticas afirmativas voltadas à população trans nas universidades federais brasileiras, indicando um movimento gradual de reconhecimento das demandas desse grupo no âmbito do ensino superior. Observa-se que todas as regiões do país apresentam algum nível de adesão a iniciativas inclusivas, com destaque para o Nordeste, que concentra o maior número absoluto e proporcional de ações afirmativas, sinalizando um protagonismo regional na implementação de medidas voltadas à equidade de gênero. A ampla adoção do uso do nome social, presente na maioria das instituições analisadas, constitui um resultado expressivo, uma vez que representa um passo fundamental para o reconhecimento identitário e para a redução de constrangimentos institucionais no cotidiano acadêmico. Ademais, a existência de programas de cotas específicas e, ainda que em menor número, de ambulatórios especializados, demonstra que parte das universidades tem avançado para além de medidas simbólicas, incorporando ações estruturais que contribuem para o acesso, a permanência e o bem-estar de estudantes trans e travestis. Esses achados indicam que, embora persistam desafios significativos, há sinais concretos de transformação institucional e de fortalecimento de uma agenda inclusiva no âmbito das universidades federais brasileiras.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234/2010, emerge como um instrumento estratégico, ainda que subaproveitado, no enfrentamento das desigualdades que incidem sobre as trajetórias acadêmicas dessa população. Os achados do estudo evidenciam que, embora o PNAES contemple eixos fundamentais para a permanência estudantil, como moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde e apoio pedagógico, sua implementação permanece majoritariamente orientada por critérios socioeconômicos generalistas, o que limita o reconhecimento das especificidades de gênero e das vulnerabilidades interseccionais vivenciadas por estudantes trans e travestis. Nesse sentido, os resultados apontam para a necessidade de que as universidades federais não apenas ampliem o escopo das políticas de assistência estudantil, mas também promovam uma releitura

institucional do PNAES, alinhando-o de forma mais direta ao objetivo de garantir acesso, permanência qualificada e condições dignas de formação acadêmica para esse grupo historicamente marginalizado.

Conclusão

Embora as universidades federais brasileiras tenham registrado avanços na implementação de políticas afirmativas voltadas à população trans, persistem desafios relevantes, tanto no plano estrutural — como a criação de banheiros neutros e inclusivos que garantam conforto e segurança — quanto, sobretudo, no âmbito organizacional, que demanda a instituição de comitês, programas, treinamentos e editais capazes de consolidar o compromisso institucional com estudantes de grupos historicamente marginalizados. A efetividade dessas políticas exige que ultrapassem a dimensão formal, materializando-se em práticas institucionais concretas. Assim, a construção de um ambiente universitário inclusivo e acolhedor constitui um empreendimento coletivo, cuja responsabilidade se inicia na reitoria e se articula com coordenações e docentes, promovendo uma cultura institucional de equidade, reconhecimento da diversidade e respeito às identidades trans.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Gabriel M. et al. **Formas de vulnerabilidade de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil**. Rev. bioét. 2023; 31: e3470PT. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bioet/a/77QPGWCFxK7TSfVwCVJbBQb/>>. Acesso em: 01. fev. 2025.

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Revista de Estudos Feministas, v. 19, n. 2, pp. 548-559, mai./ago 2011.

BEVENIDES, B. G., **Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2022**. ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em 08 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o

reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília (DF): Diário Oficial da União, 2016.

BRASIL, **Nome social será usado por mais de 400 travestis e transexuais**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/nome-social-sera-usado-por-mais-de-400-travestis-e-transexuais> . Acesso em 10 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Enem 2023 terá mais de 38 mil atendimentos especializados**. Agência Gov, 27 out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/enem-2023-tera-mais-de-38-mil-atendimentos-especializados>. Acesso em 08 jan 2026.

BUTLER, J. Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. 1ª ed. Buenos Aires, Paidós, 2002. ISBN 950-12-3811-3.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo**, vol.1: Fatos e Mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. ISBN-10 : 8520903169

CARVALHO, P. P., **Reflections on pharmaceutical performance in an outpatient clinic of transgender users: Facilitators and Challenges**. Research, Society and Development, v. 11, n. 6, e8511628919, 2022 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i6.28919>. Acesso em 09 jan. 2025.

COELHO, Leandro J.; CAMPOS, Luciana M. L. **Diversidade sexual e ensino de ciências: buscando sentidos**. Ciênc. Educ., Bauru, v. 21, n. 4, p. 893-910, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/fCSb69yzh8wDm3tWXYsFkS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 19 dez. 2024.

CUNHA, J. P. A. et al., **Fatores associados à retenção e intencionalidade de evasão nos cursos de farmácia de uma universidade pública do nordeste brasileiro**. Educação em Revista Belo Horizonte, v.39, e36898, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469836898>. Acesso em 08 jan. 2025.

DORSA, Arlinda C. **Repensando o papel das universidades: caminhos iniciais**. Interações, Campo Grande, MS, v. 20, n. 2, p. 341-343, abr./jun. 2019. Disponível em:<

<http://dx.doi.org/10.20435/inter.v20i2.2505>>. Acesso em: 01 fev. 2025.

EDITAL Temático - Representatividade Feminina no Ambiente Acadêmico (Edital temático N.º 08/2024 COPE/POSGRAP/UFS). **Portal da Universidade Federal de Sergipe (UFS)**, 2024. Disponível em: <<https://pesquisapos.ufs.br/conteudo/73946-edital-tematico-representatividade-feminina-no-ambiente-academico>>. Acesso em: 19 dez. 2024.

GOULART, V. P. **Psicologia e despatologização da população de pessoas trans e travestis: repensando as práticas psi**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

JESUS, Náila Neves de; RADL-PHILIPP, Rita Maria. **Vivências marcadas pela transfobia: memória e narrativas de discriminação e violência de mulheres trans e travestis**. (2022). *Caderno Espaço Feminino*, 35(1), 400-418. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/67119> . Acesso em: 21 mar 2025.

INEP. **Censo da Educação Superior 2022 (Notas Estatísticas)**. Brasília - DF, 2023. Disponível em:<https://abmes.org.br/arquivos/documentos/siteABMES-notas_estatisticas_censo_escolar_2022.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2025.

IRINEU, Roxane A.; GONDIM, Amanda M. C.; MENEZES, Isabel. **A educação superior e as políticas de igualdade de gênero: experiências no Brasil e em Portugal**. *Revista Feminismos*, vol.5, n.1, jan. – abr. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30271>>. Acesso em: 19 dez. 2024.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Guia técnico sobre pessoas transsexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2ª ed. Brasília, 2012.

LINO, Adriane C. L.; DUQUE, Tiago. **Experiências de “camuflagem” de gênero: pessoas trans e o uso do nome social em uma universidade pública no Centro-Oeste brasileiro**. *Série-Estudos*, Campo Grande, MS, v. 27, n. 59, p. 261-283, jan./abr. 2022. Disponível em:<<https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v27i59.1578>>. Acesso em: 01 fev. 2025.

LOPES, Ronaldo A.; SILVA, Guilherme H. G.; FERREIRA, Eric B. **A Lei de Cotas e o acesso à Universidade Federal de Alfnas por estudantes pertencentes a grupos sub**

representados. Rev. bras. Estud. pedagog., Brasília, v. 102, n. 260, p. 148-176, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/7vy7vShY8Ltt9kKKgvHnhBJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2024.

NOTA da ANTRA sobre cotas e reservas de vagas em universidades destinadas às pessoas trans. **Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)**, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans/>. Acesso em: 19 dez. 2024.

PEREIRA, E. C., et al., **IMPACTOS DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.** Revista Contemporânea, 4(3), 2024, e3638. <https://doi.org/10.56083/RCV4N3-150>

BRASIL. Ministério da Educação, 2024. Universidades Federais. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/es/universidades-federais>

ROSA, K. S. S. P. da. **Políticas Públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no ensino superior:** Um estudo de caso da Universidade Federal Da Integração Latino-Americana, Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades. São Paulo, 2020.

SCOTE, Fausto D.; GARCIA, Marcos R. V. **Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas Trans no Ensino Superior.** Revista Perspectiva, Florianópolis, v. 38, n. 2 p. 01-25, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e65334/pdf>. Acesso em: 19 dez. 2024.

SILVA, C. M. L. et al., **Quality of life and level of satisfaction with pharmacotherapeutic follow-up in a transgender health center in Brazil.** Nature Portfolio. Scientific Reports 14:4259, 2024. <https://doi.org/10.1038/s41598-024-54737-y>. Acesso em 10 jan. 2025.

SILVA, Carla M. L. et al. **Sociodemographic and pharmacotherapeutic profile of transgender persons from a specialized outpatient service in northeastern of Brazil.** Research, Society and Development, v.11, n.15, e489111537659, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i15.37659>. Acesso em: 19 dez. 2024.

SOUZA, M. A. **Educação e diversidade: desafios da inclusão da população trans**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2020.

SOUZA, V. M. P. et al. **Violência de gênero no espaço universitário**. Revista Cogitare Enfermagem, 26, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cenf/a/J4JnQfQCFFF95TybtkdfyZs/#>. Acesso em 09 jan. 2025.

UNAIDS. **Índice de Estigma em relação às pessoas vivendo com HIV/AIDS (Brasil)**. [s.l.], 2020. Disponível em: <https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2019/12/2019_12_06_Exec_sum_Stigma_Index-2.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2025.

SEELMAN, K. L. (2016). **Transgender Adults' Access to College Bathrooms and Housing and the Relationship to Suicidality**. Journal of Homosexuality, 63(10), 1378–1399. <https://doi.org/10.1080/00918369.2016.1157998>.

GREGNER, E; SOUZA, E. **BANHEIROS PÚBLICOS: Uma Abordagem Trans-Inclusiva**. Cartilha - Universidade Federal de São Carlos, Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da UFSCar, 2024.

SIEGEL, P. D. **Transgender experiences and transphobia in higher education**. Sociology Compass, Volume13, Issue10, October 2019. <https://doi.org/10.1111/soc4.12734>. Acesso em 06 de março de 2025.

MOREIRA, N. R. **Aquilombamento curricular: o Nordeste e a luta pelas políticas afirmativas e a redemocratização do país**. Revista Tempos e Espaços em Educação, 17(36), 2024, e22247. <https://doi.org/10.20952/revtee.v17i36.22247>. Acesso em: 28 de julho de 2025.

5.2 CAPÍTULO 2: Artigo científico da segunda etapa do estudo

Vivências de mulheres trans na Universidade Federal de Sergipe (UFS): desafios e perspectivas

Experiences of transgender women at the Federal University of Sergipe (UFS): desafios e perspectivas

Lilian Gallinella Cruz^{1,2}

Keyse Caroline Santana Sacramento¹

Sadraque E. F. Lucena⁴

Ezequiel da Silva Ferreira⁴

Ariel Matos Brito⁵

Dayanna Louise Leandro dos Santos⁵

Roxane Irineu de Alencar³

Giselle de Carvalho Brito^{1,2}

¹Universidade Federal de Sergipe (UFS), Departamento de Farmácia, Lagarto, SE, Brasil. Autor correspondente: gisellecbrito@academico.ufs.br.

²Universidade Federal de Sergipe (UFS), Programa de Pós-graduação em Ciências Aplicadas à Saúde (PPGCAS), Lagarto, SE, Brasil.

³Universidade Federal de Sergipe (UFS), Departamento de Fonoaudiologia, Lagarto, SE, Brasil.

⁴Universidade Federal de Sergipe (UFS), Departamento de Estatística e Ciências Atuariais (DECAT), São Cristóvão, SE, Brasil.

Resumo: A trajetória educacional de mulheres trans é marcada por exclusões, violências simbólicas e práticas institucionais cisnormativas que dificultam o acesso e, sobretudo, a permanência no ensino superior. Em uma universidade pública da região nordeste, há escassez de estudos que examinem essas vivências, o que torna urgente compreender os desafios

enfrentados e identificar fatores que comprometem dignidade, segurança e continuidade acadêmica. O objetivo deste estudo foi investigar os principais fatores que influenciam a permanência de alunas trans e travestis na Universidade Federal de Sergipe (UFS), considerando experiências de transfobia, condições socioeconômicas, acesso a políticas institucionais e impactos na saúde mental. A metodologia utilizada foi um estudo observacional, transversal, realizado com 10 estudantes trans e travestis da UFS, selecionadas por amostragem "bola-de-neve". Os dados foram obtidos por questionário online adaptado de instrumentos anteriores e analisados com estatísticas descritivas e cruzamentos entre variáveis no software R. As respostas incluíram informações sociodemográficas, experiências acadêmicas, percepções sobre transfobia, políticas inclusivas e apoio institucional. Os resultados demonstram que a amostra, majoritariamente jovem e de baixa renda, relatou vivências marcantes de exclusão desde o pré-vestibular. No ambiente universitário, 70% afirmam sofrer transfobia, 70% sentem isolamento, 70% vivenciaram assédio e 70% relatam impacto negativo na saúde mental. A ausência de políticas inclusivas foi unânime (100%), assim como a percepção de falta de recursos para resolução de problemas e inexistência de representação trans. A análise cruzada demonstrou associação entre transfobia, isolamento, assédio e sentimento de impotência. Embora as relações com colegas sejam positivas, as barreiras institucionais persistem e dificultam a permanência acadêmica. Apesar do avanço no acesso ao ensino superior, a permanência de mulheres trans e travestis na UFS é comprometida por transfobia institucional, falta de reconhecimento identitário, ausência de políticas de permanência e vulnerabilidade socioeconômica. Os resultados evidenciam a necessidade de ações afirmativas, suporte psicossocial, formação institucional e revisão de práticas administrativas para garantir um ambiente universitário verdadeiramente inclusivo, seguro e igualitário.

Palavras-chave: mulheres trans, transfobia, políticas inclusivas, ações afirmativas.

Abstract: The educational trajectory of trans women is marked by exclusion, symbolic violence, and cisnormative institutional practices that hinder access to—and especially the persistence in—higher education. At the Federal University of Sergipe (UFS), there is a scarcity of studies examining these experiences, making it urgent to understand the challenges faced

and to identify factors that compromise dignity, safety, and academic continuity. The aim of this study was to investigate the main factors influencing the retention of trans and travesti students at UFS, considering experiences of transphobia, socioeconomic conditions, access to institutional policies, and impacts on mental health. The methodology consisted of an observational, cross-sectional study conducted with 10 trans and travesti students from UFS, selected through snowball sampling. Data were collected via an online questionnaire adapted from previous instruments and analyzed using descriptive statistics and variable cross-tabulations in R software. Responses included sociodemographic information, academic experiences, perceptions of transphobia, inclusive policies, and institutional support. Results show that the predominantly young and low-income sample reported significant experiences of exclusion since pre-university education. Within the university environment, 70% reported suffering transphobia, 70% felt isolated, 70% experienced harassment, and 70% reported negative impacts on mental health. The absence of inclusive policies was unanimous (100%), as was the perception of a lack of resources for addressing problems and the lack of trans representation. Cross-analysis demonstrated associations between transphobia, isolation, harassment, and feelings of powerlessness. Although relationships with peers were positive, institutional barriers persist and hinder academic retention. Despite progress in access to higher education, the permanence of trans women and travestis at UFS is undermined by institutional transphobia, lack of identity recognition, absence of retention policies, and socioeconomic vulnerability. The findings highlight the need for affirmative actions, psychosocial support, institutional training, and a review of administrative practices to ensure a truly inclusive, safe, and equitable university environment.

Keywords: trans women, transphobia, inclusive policies, affirmative action policies.

INTRODUÇÃO

A interrupção da trajetória escolar de estudantes trans revela não apenas falhas institucionais, mas também o peso cotidiano da exclusão. Mais do que estatísticas sobre evasão, o que está em jogo são vidas empurradas para fora da escola e da universidade por estruturas que insistem em não reconhecer suas existências. Como apontado por Bento (2018), o termo

“evasão” não dá conta da realidade de quem sofre agressões e violências constantes; muitas vezes, trata-se de uma expulsão simbólica e sistemática. Essa realidade, segundo Santos (2019), alimenta ciclos de precariedade que se estendem para além da educação, atravessando o trabalho, a saúde e o direito de ocupar espaços públicos com segurança. Como apresentado por Jesus (2012), pessoas trans enfrentam obstáculos estruturais para acessar direitos básicos, o mercado de trabalho e até espaços públicos como banheiros, frequentemente alvos de estigmas e ameaças extremas em razão de suas identidades de gênero, violências silenciosas, mas constantes.

A identidade de gênero, ao não coincidir com os padrões impostos desde o nascimento, torna-se motivo de marginalização. Mulheres trans, por exemplo, enfrentam o desafio diário de afirmar quem são em uma sociedade que insiste em deslegitimar seus corpos. Ao longo de suas vidas, frequentemente enfrentam o desafio de não corresponderem à expectativa social de um corpo feminino, seja por conta da presença de características físicas associadas ao sexo masculino, seja pela não conformidade com os papéis de gênero tradicionalmente atribuídos a mulheres cisgêneras.

A marginalização de pessoas trans e travestis é manifestada de diversas formas, desde a exclusão no ambiente educacional até as dificuldades no acesso a serviços de saúde, gerando um impacto significativo na saúde mental e bem-estar. No contexto educacional, estudos apontam que a transfobia institucionalizada e a ausência de políticas de permanência efetivas contribuem para a expulsão dessa população nos sistemas de ensino. Oliveira (2019) destaca que as micropolíticas de exclusão presentes nas instituições de ensino geram um ambiente hostil, levando muitas pessoas trans a abandonarem os estudos de forma precoce.

Estar na universidade como mulher trans é travar uma luta diária pela própria existência. Não se trata apenas de estudar ou se formar; é preciso, antes de tudo, sobreviver. Ser mulher trans no contexto da educação vai além de um simples processo de adaptação ao ambiente acadêmico, é, sobretudo, um desafio constante pela afirmação de sua identidade em um sistema cisnormativo e excludente. De acordo com Bento (2008), a vivência das mulheres trans está profundamente marcada pela experiência de "reinvenção do corpo", um processo no qual elas buscam, ao longo de suas trajetórias, redefinir e afirmar sua identidade de gênero frente à sociedade e às normas estabelecidas. Essa reinvenção não se dá apenas no plano físico, mas também nos espaços sociais, onde o corpo e a identidade de gênero muitas vezes se deparam com a não aceitação, o estigma e a violência simbólica.

As instituições universitárias brasileiras permanecem marcadas pela cisnormatividade e pela reprodução de práticas excludentes. A falta de políticas públicas específicas e a convivência em ambientes cis-heteronormativos dificultam o ingresso e a permanência de pessoas trans no ensino superior (Giusti, 2024). Nesse contexto, Matos (2022) enfatiza que as universidades frequentemente reproduzem “silenciamentos e violências” contra pessoas trans, ao deixarem de atender demandas básicas, como o reconhecimento do nome social ou o acesso adequado aos banheiros, fragilizando ainda mais a permanência dessa população no campus (Rocha, 2022). Essa lógica institucionalizada de exclusão atinge de forma direta as alunas trans. Xavier e Vianna (2023) relatam que estudantes trans enfrentam processos excludentes tão intensos que chegam a ameaçar o próprio direito à educação e à vida.

A saúde mental das mulheres trans reflete diretamente os efeitos desse ambiente desafiador. É constatada prevalência alta de sintomas depressivos, ansiedade e comportamentos auto lesivos entre pessoas trans, associados ao estigma social e à falta de apoio institucional (Alvares, 2022). Esse quadro de sofrimento psíquico está diretamente ligado à evasão compulsória no ensino superior. Conforme Xavier e Vianna (2023) as mulheres trans enfrentam uma série de problemas para terem seus direitos educacionais reconhecidos em uma universidade heteronormativa, o que frequentemente leva ao abandono dos estudos. Nesse sentido, Silva (2023) alerta que medidas isoladas, por exemplo, a reserva de vagas ou o uso do nome social têm efeito limitado se não forem acompanhadas de mudanças estruturais mais profundas, sob risco de persistir a exclusão dessas estudantes. A continuação dessas dinâmicas excludentes gera forte impacto social e institucional. A evasão compulsória de mulheres trans não apenas individualiza perdas acadêmicas, mas também reforça os estereótipos normativos e empobrece a diversidade cultural das universidades (Silva, 2023).

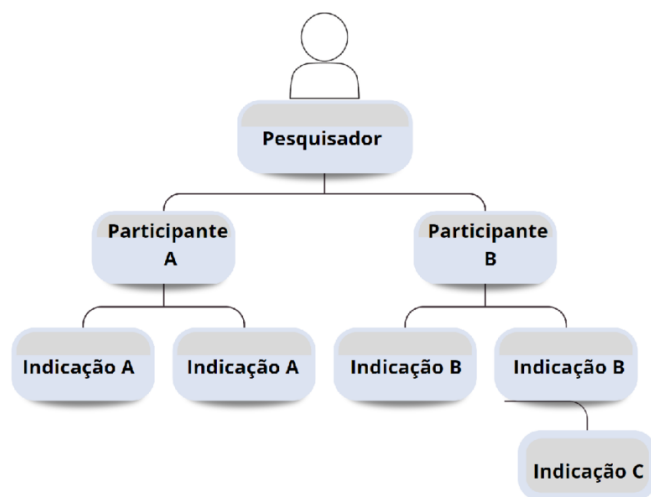
Diante deste cenário marcado por inquietações e vivências de dor compartilhadas e muitas vezes silenciadas, torna-se imprescindível refletir sobre os fatores que dificultam a permanência de mulheres trans e travestis no ensino superior. Mais do que garantir o acesso, as universidades precisam promover ambientes seguros, inclusivos e livres de discriminação. Na Universidade Federal de Sergipe há uma lacuna de estudos sobre como essas alunas vivem a permanência acadêmica e enfrentam situações de exclusão. Por isso, este trabalho se justifica pela urgência de escutar essas vozes, compreender seus percursos e contribuir para a construção de políticas institucionais mais sensíveis, capazes de garantir não apenas a presença, mas a dignidade e a permanência dessas estudantes dentro da universidade.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi conduzida através de um estudo observacional e transversal, realizado com 10 (dez) mulheres trans e travestis, maiores de 18 anos, estudantes de cursos de graduação ou pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe – UFS. É importante salientar que devido à falta de dados oficiais sobre a população geral desses estudantes na instituição, não foi viável realizar um cálculo amostral preciso. Em 2018, uma pesquisa promovida pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES indicou que apenas 0,2% dos/as estudantes universitários são pessoas trans, representando 3.379 pessoas em um universo de 1.689.500 estudantes. Na Universidade Federal de Sergipe, no segundo semestre de 2025, registravam-se 22.925 estudantes regularmente matriculados (UFS, 2025). Aplicando-se o percentual de 0,2%, estima-se a existência de aproximadamente 46 estudantes trans na instituição. Considerando que o presente estudo foi conduzido exclusivamente com mulheres trans, esse número apresenta redução ainda mais expressiva.

Para a coleta de dados, foi utilizado um instrumento adaptado que consiste em um questionário autoaplicável desenvolvido pelos pesquisadores com referência ao instrumento criado por Feitosa (2016) e, posteriormente, adaptado por Cunha (2023). O questionário foi disponibilizado na plataforma Google Forms® para aplicação remota. Além disso, foi adaptado o agrupamento de categorias desenvolvido por Viana (2022) para elaboração das subcategorias das perguntas do questionário deste estudo. Para a aplicação do instrumento, foi utilizada a metodologia “bola-de-neve” ou “snowball”, que consiste em uma técnica de amostragem não probabilística que ocorre pela indicação de uma pessoa ou um grupo de pessoas para outros indivíduos que fazem parte do mesmo grupo populacional (Szwarcwald *et al.*, 2021) (Figura 1).

Figura 1: Ilustração representativa da técnica bola-de-neve



Fonte: ResearchGate

O meio de coleta de dados foi dividido em três partes: 1) Informações sociodemográficas, tais como faixa etária, local de residência, escolaridade, raça/cor, identidade de gênero, orientação sexual, situação profissional, profissão e renda individual; 2) Informações referentes ao curso de graduação/pós-graduação; e 3) Análise de fatores relacionados à possibilidade ou não de desistência, incluindo considerações sobre identidade trans, experiência universitária e apoio ao estudante trans no ensino superior.

A influência de cada um dos fatores relacionados ao acesso e permanência foi avaliada por meio de uma Escala Likert de cinco pontos, variando de "Discordo Totalmente" a "Concordo Totalmente", além da opção "Prefiro não responder".

Os dados coletados foram organizados e tabulados em uma planilha do Microsoft Office® Excel 2017. Para descrever estatisticamente os dados das variáveis categóricas, foram utilizadas as frequências absoluta (N) e relativa (%).

Para alcançar os objetivos do estudo, a análise foi feita no software R versão 4.5.1 [1], disponível livre e gratuitamente em <https://www.r-project.org/>. Inicialmente, realizou-se a limpeza e padronização do banco de dados, com a renomeação das variáveis para nomes mais curtos e a transformação de todas as respostas em fatores. As categorias de respostas em escala foram recodificadas para reduzir redundâncias e facilitar a interpretação. Assim, expressões como "Concordo totalmente" e "Discordo totalmente" foram agrupadas em "Concordo" e "Discordo", e "Nem concordo, nem discordo" foi padronizada como "Neutro". As variáveis

foram divididas em dois grupos: fechadas, que tinham opções de resposta definidas, e abertas, que continham respostas discursivas. Nas variáveis fechadas, foi feita uma análise descritiva, mostrando a quantidade e o percentual de respostas em cada categoria. Em seguida, foram feitas tabelas de cruzamento entre algumas variáveis para observar possíveis relações entre as respostas. Entre os cruzamentos analisados, destacam-se: assédio por transfobia explícita × sentimento de impotência, isolamento na universidade × percepção de transfobia e transfobia na universidade × impacto na saúde mental. Para facilitar a interpretação, também foram criados gráficos de barras agrupadas usando o pacote ggplot2, mostrando o número de respondentes em cada categoria. As cores seguiram um padrão visual: vermelho para “Concordo”, verde para “Discordo” e cinza para “Neutro”.

Antes do início do estudo, as participantes foram comunicadas sobre as metas e a natureza voluntária do projeto, seus aspectos principais e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de acordo com a Resolução 466/2012 e 510/2016 do Comitê de Ética e Pesquisa. Vale ressaltar que o sigilo das informações obtidas e o anonimato dos participantes avaliados foram garantidos.

RESULTADOS

Dados Sociodemográficos

A amostra desta pesquisa foi composta por 10 participantes (100%), todas com idade igual ou superior a 18 anos. No que se refere à distribuição etária, 4 participantes tinham entre 18 e 20 anos (40%), 5 entre 21 e 30 anos (50%) e 1 entre 36 e 40 anos (10%). Quanto ao município de residência, 5 moram em Aracaju (50%), 3 em São Cristóvão (30%) e 2 em Itabaiana (20%). Em relação ao nível de escolaridade, 7 participantes possuem ensino superior incompleto (cursando) (70%), 2 têm mestrado ou doutorado (20%) e 1 possui ensino superior completo (10%). Na variável raça/cor, existem 4 pessoas brancas (40%), 4 pretas (40%), 1 parda (10%) e 1 indígena (10%).

No que concerne à identidade de gênero, a amostra foi composta por 6 mulheres trans (60%), 3 travestis (30%) e 1 pessoa não binária (10%). Em relação à orientação sexual, 3 participantes se identificaram como heterossexuais (30%), 3 como homossexuais (30%), 2 como bissexuais (20%) e 2 como pansexuais (20%). No que tange à situação profissional, 6

participantes são estudantes (60%), 1 trabalha em período integral (10%), 1 em meio período (10%), 1 é estagiária ou aprendiz (10%) e 1 está desempregada (10%). Nas profissões declaradas, 2 são assessoras parlamentares (20%), 1 atua com apoio escolar (10%) e 7 não informaram a ocupação (70%). No que se refere à renda mensal, 4 não possuem renda própria (40%), 3 ganham até 1 salário-mínimo (30%), 2 ganham de 1 a 2 salários-mínimos (20%) e 1 ganha mais de 3 salários-mínimos (10%).

Informações referentes ao curso de graduação/pós-graduação

As participantes estão matriculadas em cursos de diversas áreas do conhecimento, o que reflete uma variedade significativa no perfil acadêmico, sendo: astrofísica, geografia (licenciatura), sistemas de informação, cinema e audiovisual, letras (licenciatura - dupla habilitação - inglês/português), fisioterapia, ciências sociais, mestrado em serviço social e doutorado em educação.

Em relação ao campus, 8 pessoas estudam em São Cristóvão (80%), 1 em Itabaiana (10%) e 1 em Lagarto (10%). Quanto ao período do curso, 4 estão entre o 1º e 2º período (40%), 3 entre o 3º e 4º (30%), 1 entre o 5º e 6º (10%) e 2 entre o 7º e 8º (20%). Nenhum dos participantes declarou ter trancado o curso (0%).

Identidade trans no pré-vestibular e na universidade

Essa etapa do questionário foi pensada para aprofundar a compreensão acerca da experiência e da identidade trans no âmbito acadêmico, com o intuito de identificar as necessidades e os desafios enfrentados pelas alunas trans no que tange ao acesso e à permanência nos ambientes educacionais. Desta forma, foi submetido a elas um questionário composto por onze perguntas de natureza subjetiva.

Sobre as experiências anteriores, conforme descrito na tabela 1 do material suplementar, apenas 1 participante concorda que teve experiências positivas no pré-vestibular (10%), enquanto 8 discordam (80%) e 1 permanece neutro (10%). Quanto aos desafios relacionados à identidade trans, 8 afirmam ter enfrentado dificuldades (80%) e 2 discordam (20%). Os principais desafios relatados incluem falta de acolhimento, problemas com nome morto,

rejeição familiar, uso incorreto de pronomes e desemprego. Em relação ao processo de transição, 9 consideram marcante (90%) e apenas 1 manteve posição neutra. (10%). Sobre o medo de julgamento, 9 concordam que sentem esse medo (90%) e 1 discorda (10%). Quanto à dificuldade de afirmação, 5 concordam (50%), 3 discordam (30%) e 2 não têm posição definida (20%). A preocupação com a passabilidade (capacidade de uma pessoa ser lida como um grupo identitário diferente do seu, por exemplo, uma pessoa transgênero ser vista como cisgênero) foi confirmada por 6 pessoas (60%), enquanto 3 discordam (30%) e 1 permanece neutra (10%).

No que se refere à transfobia e à saúde mental, 7 concordam que a transfobia impacta negativamente sua saúde (70%), 2 discordam (20%) e 1 é neutra (10%). Em relação à invisibilidade na universidade, 7 concordam (70%), 1 discorda (10%) e 2 são neutras (20%). Quanto ao isolamento, 7 concordam (70%), 2 discordam (20%) e 1 é neutra (10%). Sobre a transfobia dentro da universidade, 7 afirmam vivenciar (70%), 2 discordam (20%) e 1 é neutra (10%). Quatro pessoas possuem nome social registrado (40%) e seis não (60%). O respeito ao nome social é reconhecido por 3 (30%), negado por 4 (40%) e indiferente para 3 (30%). A dificuldade para retificação de nome é apontada por 3 pessoas (30%), enquanto 3 não enfrentam essa dificuldade (30%) e 4 não responderam (40%).

Em relação às políticas e ações inclusivas, apenas 1 participante concorda com sua existência (10%), 7 discordam (70%) e 2 são neutros (20%). Dez não relataram ações inclusivas específicas (100%). Quanto à transfobia em atividades universitárias, 6 relataram ter vivenciado (60%), enquanto 4 não (40%). Sete pessoas afirmaram já ter sido impedidas de viver seu gênero dentro da universidade (70%). Sobre a evitação de espaços por transfobia, 5 disseram que já evitaram (50%) e 5 que não (50%). Dez participantes relataram mudanças na aparência durante o processo (100%), e 9 afirmaram mudanças na expressão de gênero (90%).

Em relação à interação com funcionários, 5 avaliaram positivamente (50%), 2 negativamente (20%) e 3 de forma neutra (30%). Já a interação com colegas foi positiva para todas as 10 pessoas respondentes (100%). Todas as pessoas relataram falta de representação institucional (100%). Quanto à dificuldade com banheiros, 5 concordam que existe (50%), 4 discordam (40%) e 1 é neutra (10%). Sobre problemas com sistemas institucionais, 5 concordam (50%), 1 discorda (10%) e 4 são neutras (40%).

No que diz respeito ao assédio e à transfobia explícita, 7 concordam ter vivenciado (70%), 2 discordam (20%) e 1 é neutra (10%). Já a impotência para resolver situações é sentida

por 7 (70%), enquanto 2 discordam (20%) e 1 é neutra (10%). Observa-se associação entre ambas as variáveis: entre os 7 que relataram assédio, 6 também se sentem impotentes para resolver os casos (85,7%). Sobre a eficácia dos grupos de apoio, 4 concordam (40%), 4 discordam (40%) e 2 são neutras (20%). A falta de soluções para os banheiros foi apontada por 6 participantes (60%), enquanto 4 não se posicionaram (40%). A ausência de oportunidades acadêmicas foi destacada por 8 pessoas (80%), e 10 afirmaram não receber auxílios financeiros (100%). Todas as pessoas discordam de que existam recursos efetivos para resolução de problemas na universidade (100%).

No tocante às expectativas futuras, 3 demonstram otimismo (30%), 5 discordam (50%) e 2 são neutras (20%). Sobre as ações da UFS voltadas à permanência, 6 respostas indicam ausência de iniciativas estruturadas (60%), citando sugestões como cota trans, bolsas, auxílios e representação institucional. Por fim, nas sugestões de melhoria, 1 pessoa sugeriu cotas e bolsas (10%), 1 afirmou que o questionário estava completo (10%), 2 pediram análise das respostas abertas (20%) e 6 não responderam (60%).

Cruzamento dos dados

Quadro 1 - Cruzamento das variáveis subjetivas mais evidentes, de acordo com as respostas do questionário aplicado, Sergipe 2024/2025 (n=10).

	Variáveis	Resultados
1	Assédio por transfobia explícita x Sentimento de impotência para resolver	- Das pessoas que concordam que sofreram assédio por transfobia explícita, 6 também concordam que se sentem impotentes (85,7%). - Apenas 1 pessoa que sofreu assédio explícito discorda de se sentir impotente (14,3%).
2	Recursos para resolução de problemas x Sentimento de impotência para resolver	- Todas as respostas vêm de pessoas que discordam que existem recursos adequados (100%). - Dessas, 7 concordam que se sentem impotentes (70%), 2 discordam (20%) e 1 é neutra (10%).

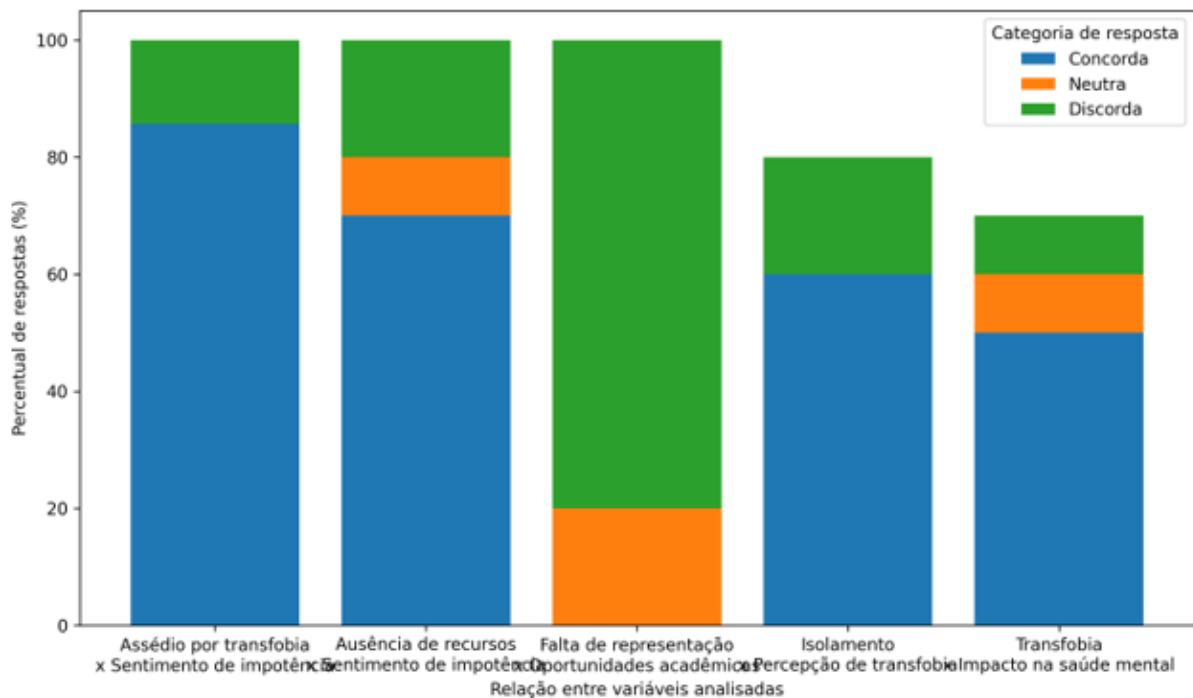
3	Falta de representação x Oportunidades acadêmicas	- Das pessoas que concordam que há falta de representação de mulheres trans, 8 discordam que existam boas oportunidades (80%) e 2 são neutras (20%).
4	Isolamento na universidade x Transfobia na universidade	- 6 pessoas que se sentem isoladas também concordam que há transfobia (60%). - Quem não se sente isolado(a) tende a não perceber transfobia (20%).
5	Transfobia na universidade x Impacto na saúde mental	Das pessoas que percebem transfobia na universidade, 5 concordam que isso afetou negativamente sua saúde mental (50%). Apenas 1 discorda (10%) e 1 é neutra (10%).

Fonte: software R versão 4.5.1 [1]

Dados coletados entre o 2º semestre de 2024 e o 1º semestre de 2025

Gráfico representativo dos cruzamentos dos dados apresentados no quadro 1.

Gráfico 1. Relações entre experiências de transfobia, condições institucionais e seus impactos na vivência acadêmica: distribuição percentual das respostas



Fonte: Elaborado pela própria autora

Dados coletados entre o 2º semestre de 2024 e o 1º semestre de 2025

DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo evidenciam que a experiência universitária de mulheres trans e travestis permanece marcada por barreiras estruturais, institucionais e subjetivas que dificultam seu acesso, permanência e bem-estar no ambiente acadêmico. A composição sociodemográfica da amostra, majoritariamente jovem e com nível superior incompleto, confirma tendências nacionais de crescente ingresso de pessoas trans no ensino superior, ainda que em condições de vulnerabilidade socioeconômica, conforme apontam Bento (2017) e Jesus (2012). A prevalência de renda baixa ou inexistente, bem como a alta proporção de estudantes sem atividade remunerada, reforça a precarização histórica que atinge essa população no Brasil (ABGLT, 2018).

No que se refere às vivências anteriores ao ingresso universitário, a expressiva predominância de experiências negativas no período pré-vestibular revela a persistência da transfobia em espaços formativos de base. Esse achado é coerente com relatos de exclusão e violências institucionais discutidos por Vergueiro (2015), para quem a escola permanece como um dos ambientes mais hostis à expressão de gênero dissidente. O fato da maioria das participantes relatarem desafios relacionados à identidade trans, especialmente ligados ao uso

do nome social, rejeição familiar e dificuldades de afirmação, reforça a centralidade da violência simbólica e da negação identitária no percurso educacional (BENTO, 2014).

Os dados referentes às vivências universitárias reafirmam que a universidade, embora mais acessível em termos formais, não se constitui automaticamente como espaço seguro. A alta frequência de medo de julgamento, o impacto negativo da transfobia na saúde mental e os sentimentos de isolamento confirmam análises que demonstram maior prevalência de sofrimento psíquico em pessoas trans expostas a ambientes institucionais hostis (Sevelius, 2013; APA, 2022). Importante notar que, mesmo com a existência normativa do nome social em instituições públicas, mais da metade não teve acesso ao registro institucional relatou episódios de transfobia dentro da universidade — evidenciando a distância entre garantias legais e práticas institucionais, como discutido por Nogueira (2020).

A ausência de políticas inclusivas percebida pela totalidade das participantes, juntamente com a falta de ações específicas relacionadas à permanência estudantil, indica que a universidade ainda não incorporou de forma efetiva diretrizes de equidade de gênero e diversidade. Pesquisas anteriores apontam que ações como cotas trans, bolsas específicas, núcleos de acolhimento e formação continuada para servidores são essenciais para minimizar desigualdades (Camino *et al.*, 2019; Facchini & França, 2021). A inexistência de tais estratégias, especialmente em um contexto no qual a maioria das participantes relata ausência de oportunidades acadêmicas e todas afirmam não receber auxílios financeiros, sinaliza um quadro de vulnerabilidade institucionalizada.

Outro aspecto relevante refere-se às experiências de transfobia em atividades universitárias relatadas por mais da metade das alunas participantes do estudo e dificuldades com banheiros, elementos recorrentemente identificados na literatura como marcadores de exclusão simbólica e material (Scheim & Bauer, 2015). A associação entre vivência de assédio e sentimento de impotência reforça o impacto cumulativo dessas violências, conforme apontado em estudos sobre minorias de gênero (Meyer, 2003). Embora as relações com colegas tenham sido avaliadas positivamente por todas as participantes, a mesma situação não se verifica no nível institucional, onde as participantes afirmaram, por unanimidade, ausência de representação trans, revelando um ambiente que acolhe individualmente, mas negligência estruturalmente.

As interpretações aos cruzamentos das respostas do quadro 1 refletem a complexidade das experiências vividas por pessoas trans, especialmente no contexto universitário, evidenciando como a discriminação transfóbica impacta a percepção de impotência, a saúde mental e as oportunidades acadêmicas. A primeira interpretação sugere que a vivência de assédio transfóbico está intrinsecamente relacionada ao sentimento de impotência, no qual indivíduos se percebem incapazes de resolver o problema, o que é corroborado por estudos que associam a violência simbólica à redução do empoderamento (Butler, 2004). A segunda interpretação enfatiza a falta de recursos como um fator que exacerba esse sentimento de impotência, o que reflete a ideia de que a escassez de apoio institucional contribui para o desgaste emocional e a marginalização (Cohen, 2001). A terceira interpretação destaca a clara percepção de pessoas trans sobre as dificuldades enfrentadas em ambientes como banheiros, revelando como a exclusão estrutural contribui para a vivência de discriminação cotidiana (Spade, 2011).

A quarta interpretação aponta a ausência de representatividade de mulheres trans como um fator limitante para o acesso a espaços acadêmicos, sendo que a literatura sobre representatividade acadêmica ressalta a importância de modelos visíveis para garantir oportunidades e legitimação (Jones & Abes, 2013). A quinta interpretação sugere uma relação bidirecional entre o isolamento social e a percepção de transfobia institucional, em que ambos se reforçam mutuamente, corroborando com estudos que indicam a marginalização social como consequência da exclusão sistemática (Nicolazzo, 2017). Por fim, a sexta interpretação aponta que a transfobia vivida no ambiente universitário tem consequências diretas na saúde mental, alinhando-se a pesquisas que documentam os danos psicológicos causados pela violência e discriminação, como a ansiedade e a depressão (Budge, Adelson & Howard, 2013). Em conjunto, essas interpretações evidenciam a complexidade das vivências de pessoas trans em contextos acadêmicos, apontando a necessidade urgente de intervenções que promovam ambientes mais inclusivos e equitativos.

Por fim, as expectativas, marcadas por baixo otimismo, refletem o cansaço acumulado e a percepção de que as transformações institucionais ainda ocorrem de forma lenta e insuficiente. A sugestão de políticas como cotas trans e ampliação de auxílios estudantis converge com recomendações de pesquisadores da área, que defendem políticas afirmativas específicas para corrigir desigualdades históricas (Facchini & França, 2021; Bento, 2017). Em síntese, os resultados demonstram que, apesar do avanço no acesso ao ensino superior, a permanência de estudantes trans e travestis continua profundamente marcada pela precariedade

material, falta de reconhecimento institucional, transfobia cotidiana e ausência de políticas robustas de acolhimento. Tais achados reforçam a necessidade urgente de implementação de ações afirmativas, formação de profissionais, revisão de sistemas institucionais e criação de espaços de suporte psicossocial, a fim de construir uma universidade verdadeiramente inclusiva.

CONCLUSÃO

A análise das experiências acadêmicas de mulheres trans e travestis revela que, apesar da ampliação do acesso ao ensino superior, a permanência desse grupo segue condicionada a fatores estruturais que reproduzem desigualdades históricas. Evidenciam-se ambientes marcados por transfobia explícita e institucional, insuficiência de políticas inclusivas, falhas na garantia do nome social, ausência de suporte psicossocial e fragilidade nos mecanismos de acolhimento e denúncia, elementos que aprofundam vulnerabilidades e comprometem o bem-estar e o desempenho acadêmico. Nesse contexto, o ingresso na universidade não assegura, por si, condições equitativas de formação, tornando indispensável o reconhecimento de demandas específicas e a implementação de ações afirmativas que enfrentem barreiras materiais e simbólicas, de modo a promover transformações institucionais orientadas à dignidade, à segurança e à igualdade de oportunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SANTOS, Dayanna Louise Leandro dos. *Educação, direitos humanos e políticas afirmativas: acesso e permanência do estudante trans no ensino superior*. 2020. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/43662/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Dayanna%20Louise%20Leandro%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 16 maio 2025.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. Micropolíticas de exclusão: as dificuldades no acesso e permanência das pessoas trans na educação. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 7, p. 2873-2882, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/zGJyVqQ6WGjygRzLqfd8vRD/?lang=pt>. Acesso em: 16 maio 2025.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. São Paulo: Editora UNESP, 2006. Disponível em: <https://dspace.unisa.br/server/api/core/bitstreams/fea1830f-13e7-4307-b1b1-5de1441a93f2/content>. Acesso em: 16 maio 2025.

GIUSTI, Gabriel Morales. *População Trans e a universidade: transições, permanência e pertencimento**. 2020. 140 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34838>. Acesso em: 16 maio 2025.

NERI, Leandro Colling. Cisnormatividade e presenças trans em universidades públicas da Bahia. *Educação & Realidade*, v. 47, e137707, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/g8MwFhhYPQktwdH6tn737Dk/>. Acesso em: 16 maio 2025.

SOUZA, Isabela Oliveira et al. Saúde mental de pessoas transgênero: revisão integrativa de literatura. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 75, supl. 2, e20210024, 2022. DOI: 10.1590/0034-7167-2021-0024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/123456789>. Acesso em: 16 maio 2025.

Silva, K. (2023). Trans-identidades e educação: cisnormatividade e políticas para pessoas trans. *COR LGBTQIA+*, 1(4), 94–107. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/CORLGBTI/article/view/574>. Acesso em: 16 maio 2025.

6) FEITOSA, J. M.. *Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico para o Campus de Laranjeiras*. 2016. 83 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2016. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12013/2/JAMILLE_MUNIZ_FEITOSA.pdf . Acesso em: jul 2025.

CUNHA, et al. Fatores associados à retenção e intencionalidade de evasão nos cursos de farmácia de uma universidade pública do nordeste brasileiro. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/ywv7rxxKM6wHXj9qp477H3n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: julho 2025.

VIANA, C.P., Delgado, I.M., Rosa, A., Neves, V.R., Siqueira, L.D. A vivência de estudantes transgênero na universidade. *Acta Paul Enferm.* 2022;35:eAPE01966. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/tqwsFwjhL93ZprfS3cbrzZb/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: julho 2025.

SARTORI, Thiago Luiz. Educação, direitos humanos e políticas afirmativas: acesso e permanência do estudante trans no ensino superior. v. 15, n. 46 (2022). Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/14303>. Acesso em: 16 maio 2025.

ROCON, Pablo Cardozo. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciênc. saúde colet.* 21 (8). Ago 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/zGJyVqQ6WGjygRzLqfd8vRD/?lang=pt>. Acesso em: 16 maio 2025.

MATOS, Marília Neri. Cisnormatividade e presenças trans em universidades públicas na Bahia. 2022. 226 f. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34838/1/Tese%20Marilia%20Neri%20Matos.pdf>. Acesso em: 16 maio 2025.

Xavier, Thais Pimentel de Oliveira; Vianna, Cláudia. A Educação de Pessoas Trans*: relatos de exclusão, abjeção e luta. *Educ. Real.* 48. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/g8MwFhhYPQktwdH6tn737Dk/#:~:text=Este%20artigo%20apresenta%20resultados%20de,luta%20pelo%20acesso%20e%20pela> . Acesso em: 16 maio 2025.

ALVARES, J.; PENNA, M. N.; GARCIA, L. D. M.; FALCKE, D. Saúde mental de pessoas transgênero: revisão integrativa de literatura. *Psi Unisc*, v. 6, n. 2, p. 139-157, 2022. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/psi/article/view/17227>. Acesso em: 16 maio 2025.

R CORE TEAM. *R: A language and environment for statistical computing*. Vienna: R Foundation for Statistical Computing, 2025. Disponível em: <https://www.R-project.org/>. Acesso em: nov. 2025.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. *Estatística básica*. 10. ed. São Paulo: SaraivaUni, 2023. Acesso em nov. 2025.

ABGLT. *Relatório sobre a violência contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil*. 2018. Acesso em nov. 2025.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people*. 2022. Acesso em nov. 2025.

BENTO, B. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2014. Acesso em nov. 2025.

BENTO, B. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2017. Acesso em nov. 2025.

CAMINO, C.; TORRES, A.; XAVIER, A. Políticas de diversidade no ensino superior brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, 2019. Acesso em nov. 2025.

FACCHINI, R.; FRANÇA, I. Políticas e disputas LGBTQIA+ no Brasil: avanços e limites. *Cadernos Pagu*, n. 63, 2021. Acesso em nov. 2025.

JESUS, J. G. *Transgeneridade e diversidade*. Brasília: MEC, 2012. Acesso em nov. 2025.

MEYER, I. H. Prejudice, social stress, and mental health in minority populations. *Psychological Bulletin*, v. 129, n. 5, 2003. Acesso em nov. 2025.

NOGUEIRA, D. Nome social e reconhecimento institucional: limites e possibilidades. *Revista de Estudos de Gênero*, v. 26, 2020. Acesso em nov. 2025.

SCHEIM, A.; BAUER, G. Sex and gender diversity in public health research. *American Journal of Public Health*, v. 105, n. 11, 2015. Acesso em nov. 2025.

SEVELIUS, J. Gender affirmation and HIV prevention. *American Journal of Public Health*, v. 103, n. 10, 2013. Acesso em nov. 2025.

VERGUEIRO, V. *Transfeminismo: teorias e práticas*. São Paulo: n-1 edições, 2015. Acesso em nov. 2025.

BUDGE, Stephanie L.; ADELSON, Jill L.; HOWARD, Kimberly A. S. Anxiety and depression in transgender individuals: the roles of transition status, loss, social support, and coping.

Journal of Consulting and Clinical Psychology, v. 81, n. 3, p. 545-557, 2013. Acesso em nov. 2025.

BUTLER, Judith. *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004. Acesso em nov. 2025.

COHEN, Anthony P. *The Symbolic Construction of Community*. London: Routledge, 2001. Acesso em nov. 2025.

JONES, Susan R.; ABES, Elisa S. *Identity Development of College Students: Advancing Frameworks for Multiple Dimensions of Identity*. San Francisco: Jossey-Bass, 2013. Acesso em nov. 2025.

NICOLAZZO, Z. *Trans in College: Transgender Students’ Strategies for Navigating Campus Life and the Institutional Politics of Inclusion*. Sterling: Stylus Publishing, 2017. Acesso em nov. 2025.

SPADE, Dean. *Normal Life: Administrative Violence, Critical Trans Politics, and the Limits of Law*. Brooklyn: South End Press, 2011. Acesso em nov. 2025.

MATERIAL SUPLEMENTAR

Tabela 1: Dados sociodemográficos das alunas trans e travestis da Universidade Federal de Sergipe - UFS (n= 10).

	Número de alunas (N)	Percentual de alunas (%)
<i>Faixa etária:</i>		
Entre 18 a 20 anos	4	40%
Entre 21 a 30 anos	5	50%

Entre 38 a 40 anos	1	10%
--------------------	---	-----

<i>Cidade de residência:</i>		
Aracaju/SE	6	60%
São Cristóvão/SE	3	30%
Itabaiana/SE	2	20%

<i>Escolaridade:</i>		
Ensino superior incompleto	5	50%
Ensino médio completo	2	20%
Ensino superior completo	1	10%
Mestrado/doutorado	2	20%

<i>Raça/cor:</i>		
Branca	4	40%
Preta	4	40%
Parda	1	10%
Indígena	1	10%

<i>Identidade de gênero:</i>		
Pessoa Trans	6	60%
Pessoa Travesti	3	30%
Pessoa não-binária	1	10%

Orientação sexual:

Homossexual	3	30%
Heterossexual	3	30%
Bissexual	2	20%
Panssexual	2	20%

Situação profissional:

Estudante	6	60%
Pessoa desempregada	1	10%
Pessoa empregada em período integral	1	10%
Pessoa empregada em meio período	1	10%
Pessoa estagiária/aprendiz	1	10%

Renda mensal aproximada:

Nenhuma renda própria	4	40%
Até um salário mínimo	3	30%
De 1 a 2 salários mínimos	2	20%
Mais de 3 salários mínimos	1	10%

Tabela 2: Informações referentes ao curso de graduação/pós graduação das alunas trans e travestis da Universidade Federal de Sergipe - UFS (n=10)

	Número de alunas (N)	Percentual de alunas (%)
--	----------------------	--------------------------

Campus em que estuda:

São Cristóvão	8	80%
Lagarto	1	10%
Itabaiana	1	10%

Período do curso:

1º e 2º	4	40%
3º e 4º	3	30%
5º e 6º	1	10%
7º e 8º	2	20%

Trancou algum período do curso:

Sim	0	0%
Não	10	100%

Tabela 3: Identidade trans no pré-vestibular e na universidade das alunas trans e travestis da Universidade Federal de Sergipe - UFS (n=10)

Perguntas	Respostas				
	Discordo	Discord	Neutro	Concord	Concordo
	Totalmente	o		o	Totalmente
Teve experiências positivas no pré-vestibular com relação a	40%	40%	10%	0%	10%
	(n= 4)	(n= 4)	(n= 10)	(n= 0)	(n= 1)

sua identidade de gênero?					
Já enfrentou desafios relacionados a sua identidade de gênero que afetaram a permanência na universidade?	10% (n= 1)	20% (n= 2)	0% (n= 0)	40% (n= 4)	40% (n= 4)
Concorda que o processo transexualizador foi um marco importante em sua vida?	0% (n= 0)	0% (n= 0)	10% (n= 1)	20% (n= 2)	70% (n= 7)
Concorda que o medo de ser julgada influenciou na decisão de afirmar sua identidade de gênero trans ou travesti?	10% (n= 1)	0% (n= 0)	0% (n= 0)	50% (n= 5)	40% (n= 4)
Concorda que teve dificuldade de se firmar como pessoa trans ou travesti na universidade?	20% (n= 2)	10% (n= 1)	20% (n= 1)	30% (n= 3)	20% (n= 2)
Sobre a passabilidade, concorda que tem sido uma preocupação significativa em sua vida como pessoa trans ou travesti na universidade?	0% (n= 0)	30% (n= 3)	10% (n= 1)	20% (n= 2)	40% (n= 4)
Já se sentiu isolada ou excluída em algum momento durante sua vivência na universidade como pessoa trans e travesti?	10% (n= 1)	10% (n= 1)	10% (n=1)	30% (n= 3)	40% (n= 4)
A transfobia afetou negativamente sua saúde mental e isso repercutiu	0% (n= 0)	20% (n= 2)	10% (n= 1)	10% (n= 1)	60% (n= 6)

na sua formação universitária?					
Já se sentiu inviabilizada enquanto pessoa trans ou travesti no contexto da universidade?	0% (n= 0)	10% (n= 1)	20% (n= 2)	30% (n= 3)	40% (n= 4)
Já enfrentou transfobia no ambiente universitário?	20% (n= 2)	0% (n= 0)	10% (n= 1)	20% (n= 2)	50% (n= 5)
Sua experiência no campus universitário tem sido positiva como pessoa trans ou travesti?	0% (n= 0)	20% (n= 2)	40% (n= 4)	20% (n= 2)	20% (n= 2)
Concorda que o uso do nome social é respeitado de maneira adequada na universidade?	10% (n= 1)	30% (n= 3)	30% (n= 3)	20% (n= 2)	10% (n= 1)
Na participação de grupos acadêmicos, culturais ou esportivos, concorda que existem políticas de inclusão para participar como pessoa trans ou travesti?	60% (n= 6)	10% (n= 1)	20% (n= 2)	0% (n= 0)	10% (n= 1)
Concorda em ter boa interação com funcionários ou professores da universidade como pessoa trans ou travesti?	0% (n= 0)	20% (n= 2)	30% (n= 3)	30% (n= 3)	20% (n= 2)
Concorda em ter boa interação com os colegas da universidade como pessoa trans ou travesti?	0% (n= 0)	0% (n= 0)	0% (n= 0)	70% (n= 7)	30% (n= 3)

Concorda que a falta de representação de alunas trans ou travestis na universidade é um problema que precisa ser abordado?	0%	0%	0%	10%	90%
	(n= 0)	(n= 0)	(n= 0)	(n= 1)	(n= 9)
Quanto ao uso dos banheiros, concorda que enfrenta dificuldades ou desconforto como pessoa trans ou travesti devido à falta de opções adequadas?	10%	30%	10%	10%	40%
	(n= 1)	(n= 3)	(n= 1)	(n= 1)	(n= 4)
Concorda que enfrenta dificuldades com os sistemas acadêmicos da universidade por causa da sua identidade de gênero?	0%	10%	40%	30%	20%
	(n= 0)	(n= 1)	(n= 4)	(n= 3)	(n= 2)
Concorda que já enfrentou assédio ou transfobia explícita por parte de membros da comunidade universitária?	10%	10%	10%	50%	20%
	(n= 1)	(n= 1)	(n= 1)	(n= 5)	(n= 2)
Concorda que os grupos de apoio para estudantes trans e travestis na universidade são eficazes e úteis?	30%	10%	20%	10%	30%
	(n= 3)	(n= 1)	(n= 2)	(n= 1)	(n= 3)
Concorda que se sente impotente em resolver problemas relacionados a sua identidade de gênero na universidade?	0%	20%	10%	30%	40%
	(n= 0)	(n= 2)	(n= 1)	(n= 3)	(n= 4)

Quanto ao uso dos banheiros, concorda que a universidade oferece soluções satisfatórias para garantir um ambiente seguro e inclusivo para as alunas trans e travestis?	40%	20%	40%	0%	0%
	(n= 4)	(n= 2)	(n= 4)	(n= 0)	(n= 0)
Quanto às oportunidades acadêmicas (pesquisa, extensão, estágio, entre outros), concorda que a universidade oferece soluções satisfatórias para garantir oportunidades às mulheres trans e travestis?	60%	20%	20%	0%	0%
	(n= 6)	(n= 2)	(n= 2)	(n= 0)	(n= 0)
Em relação a auxílios financeiros, concorda que a universidade oferece soluções satisfatórias para garantir a permanência de mulheres trans e travestis?	80%	20%	0%	0%	0%
	(n= 8)	(n= 2)	(n= 0)	(n= 0)	(n= 0)
Concorda que a universidade oferece recursos adequados para ajudar as estudantes trans e travestis a resolver problemas relacionados a sua identidade de gênero?	70%	30%	0%	0%	0%
	(n= 7)	(n= 3)	(n= 0)	(n= 0)	(n= 0)

Em relação às perspectivas futuras após a formação (inserção no mercado de trabalho ou pós-graduação, por exemplo), concorda que possui expectativas positivas?	40%	10%	20%	20%	10%
	(n= 4)	(n= 1)	(n= 2)	(n= 2)	(n= 1)

Tabela 4: Respostas às perguntas subjetivas do formulário aplicado às alunas trans e travestis da Universidade Federal de Sergipe - UFS (n=10)

Pergunta	Respostas
	<u>O que conhece:</u> • 1 aluna conhece o ambulatório transsexualizador • 2 alunas conhecem sobre o direito do uso do nome social • 6 alunas não conhecem nenhuma política
<i>Conhece ou sugere políticas voltadas para a população trans na universidade?</i>	<u>O que sugere:</u> • 1 aluna sugere implantar cotas • 1 aluna sugere facilitar a mudança para o nome social • 2 alunas sugerem a criação de auxílios • 1 aluna sugere canal para acolhimento e orientação • 1 aluna sugere a criação de políticas de permanência • 1 aluna sugere a criação de uma diretoria LGBTQ+ • 1 aluna (10%) não respondeu à pergunta

<i>Quais desafios relacionados a sua identidade trans afetaram a sua permanência na universidade?</i>	• 1 aluna relatou ter sofrido rejeição familiar e desemprego • 1 aluna relatou problemas sérios com a família • 1 aluna relatou problemas com o sistema universidade para a correção do nome morto para o nome civil já retificado • 1 aluna relatou ser chamada por pronomes inadequados pelos professores e funcionários • 1 aluna relatou falta de acolhimento • 1 aluna relatou ter tido sua produção científica desmerecida e subjugada por orientadores cisgêneros e ter perdido vaga em estágio • 1 aluna relatou tentativa de desqualificação acadêmica e epistemicídio • 3 (30%) alunas não responderam à pergunta
<i>Quais experiências positivas já vivenciou no ambiente universitário?</i>	• 1 aluna respondeu que a educação abriu portas em casa • 1 aluna respondeu que construiu redes de afeto e construiu saberes • 8 alunas não responderam à pergunta
<i>Já se sentiu incluída em grupos acadêmicos, culturais ou esportivos?</i>	• Nenhuma aluna respondeu à pergunta
<i>A transfobia afetou suas atividades na universidade?</i>	• 6 alunas responderam que sim • 4 alunas responderam que não
<i>Já se sentiu incomodada por ter sido impedida de viver de acordo com sua identidade de gênero na universidade?</i>	• 7 alunas responderam que sim • 3 alunas responderam que não

Já deixou de frequentar algum espaço ou realizar atividade na universidade por conta da transfobia?

- 5 alunas responderam que sim
- 5 alunas responderam que não

Já sentiu necessidade de mudar de aparência física para se afirmar a sua identidade de gênero (ex: cirurgia ou tratamentos hormonais)?

- Todas as alunas responderam que sim

Já sentiu que deveria mudar a forma como expressa o seu gênero (ex: nome, pronome de tratamento, vestimenta, cabelo, comportamento)?

- 9 alunas responderam que sim
 - 1 aluna respondeu que não
-

Ações para promoção de permanência:

- 7 alunas acreditam que a UFS não promove nenhuma ação
- 1 aluna acredita que são ações precárias e pontuais

O que poderia ser feito:

Acha que a UFS tem ações que promovam a permanência da população trans,

- 2 alunas sugerem incentivo financeiro
 - 1 aluna sugere auxílio financeiro e políticas representativas
 - 1 aluna sugere auxílio financeiro e rodas de conversa incluindo alunos e colaboradores, com a participação de instituições que lutam pelos direitos das pessoas trans
 - 1 aluna sugere a criação de cotas, eventos de conscientização e ouvidoria
-

<i>especialmente as mulheres trans e travestis, na universidade? O que você acha que poderia ser feito?</i>	● 1 aluna sugere destinar vagas para atendimento psicológico, promover espaços seguros, banheiros com placas sinalizando que é para o uso de todos, bolsas e benefícios com prioridade para pessoas trans de baixa renda ● 1 aluna sugere implementar cotas na graduação e pós-graduação, assistências estudantis, espaços educativos/formativos, ações de positividade ● 1 aluna não fez nenhuma sugestão ● 2 alunas não responderam à pergunta
<i>Tem algum comentário ou sugestão para aprimorar o questionário, a pesquisa como um todo ou a implementação de melhorias no ambiente acadêmico?</i>	● 1 aluna sugere a implementação de cotas, bolsas e auxílio permanência ● 1 aluna achou bem completo ● 1 aluna sugere realizar mais rodas de conversa e trabalhar com as necessidades das pessoas trans de forma mais direta, demonstrar apoio ● 1 aluna acredita que a pesquisa inteira já é um ato muito formidável, bonito e necessário e que o questionário está profundo, mas objetivo e completo ● 6 alunas não responderam à pergunta

6 CONCLUSÃO

Embora as universidades federais brasileiras tenham avançado na implementação de políticas afirmativas para a população trans, persistem desafios estruturais e organizacionais que limitam a efetiva inclusão e permanência desses estudantes. Aspectos como banheiros adequados inclusivos, comitês institucionais, programas acadêmicos, treinamentos e editais ainda são insuficientes para garantir práticas concretas que transcendam a formalidade dos regulamentos. A análise das experiências acadêmicas de mulheres trans e travestis evidencia que a permanência no ensino superior continua condicionada a múltiplos fatores, incluindo transfobia explícita e institucional, ausência de suporte psicossocial, lacunas no uso do nome

social e fragilidade dos mecanismos de acolhimento e denúncia. Esses elementos aprofundam vulnerabilidades, comprometendo o bem-estar e o desempenho acadêmico.

Os achados reforçam que o ingresso universitário, por si só, não assegura condições equitativas de vivência e formação. A permanência exige o reconhecimento das demandas específicas dessa população e a implementação efetiva de ações afirmativas que enfrentem barreiras materiais e simbólicas. A construção de um ambiente universitário inclusivo deve ser entendida como um esforço coletivo, liderado pela reitoria e estendido a coordenadores, docentes e programas acadêmicos, promovendo cultura institucional de equidade, reconhecimento da diversidade e respeito às identidades trans. Transformações institucionais nesse sentido são urgentes para assegurar dignidade, segurança e igualdade de oportunidades a estudantes trans e travestis.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto realizou uma análise profunda das questões de gênero na Universidade Federal de Sergipe, com um foco específico na realidade e desafios enfrentados por mulheres transgênero e travestis. Ao identificar e analisar as barreiras, desigualdades e obstáculos enfrentados por essa população-alvo, a proposta visa contribuir para o desenvolvimento de estratégias e políticas institucionais que promovam a equidade de gênero e garantam um ambiente educacional inclusivo e igualitário. Ao abordar aspectos como representatividade, oportunidades sociais, qualidade e desempenho acadêmico, busca-se criar um embasamento sólido para futuras ações e intervenções que aprimorem a experiência educacional das mulheres transgênero e travestis no ensino superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARRETO, A. **A mulher no ensino superior distribuição e representatividade.** Cadernos do GEA. – n.6 (jul./dez. 2014). – Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012. Disponível em:

https://www.flacso.org.br/files/2016/04/caderno_gea_n6_digitalfinal.pdf. Acesso em: 06 mar 2024.

População trans ainda é mais vulnerável ao estigma e à discriminação no Brasil. Nações Unidas Brasil, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/85007-popula%C3%A7%C3%A3o-trans-ainda-%C3%A9-mais-vulner%C3%A1vel-ao-estigma-e-%C3%A0-discrimina%C3%A7%C3%A3o-no-brasil#Inclus%C3%A3o%20Social>. Acesso em 03 jun 2024.

WANZINACK, C.; SIGNORELLI, M.C.; **Violência, gênero & diversidade: desafios para a educação e o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2015. 228 p.

SCOTE, F. **Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas Trans no Ensino Superior**. REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, Florianópolis, Volume 38, n. 2 – p. 01 – 25, abr./jun. 2020. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/63821274/Revista_Perspectiva20200703-4632-pyatt9-libre.pdf?1593807181=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DPERSPECTIVA_REVISTA_DO_CENTRO_DE_CIENCIA.pdf&Expires=1709683108&Signature=WHJBnAkOZNxCNtaDFke7whtCZaQLKP8m1aWqdrpdiLK6npBulojN1BqGI72T5QWOT4M8tZHaz1JVOh-ZIFPviVX2w-81CUXv~szzL1bjkU0I1gAYVA7fLUaCKrak8JgOaMwYL2uUGfaa-kLpAg1FATwdekY6D8WkGmPklwwQ9m53W2fqHCcwe7QOkjD6DDFTISfYxk9CzKQvgSKE9pgGB1C06mkTFHtesP1t1x7RmaIV5aUEiY9UF2LvdHC2J7nqRc8NohhYNjBzCTMuN6vPulMsywKIVyzx~hfCsidwqUK83jifud54Jf~SFGeNoUc6F7v5xTwjVwP5Qqx5G-b~9w_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA . Acesso em: 06 março 2024.

FEITOSA, J. M.. **Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico para o Campus de Laranjeiras**. 2016. 83 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2016. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12013/2/JAMILLE_MUNIZ_FEITOSA.pdf . Acesso em: 28 mar 2024.

CUNHA, et al. **Fatores associados à retenção e intencionalidade de evasão nos cursos de farmácia de uma universidade pública do nordeste brasileiro**.

Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edur/a/ywv7rxxKM6wHXj9qp477H3n/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 28 mar 2024.

VIANA, C.P., Delgado, I.M., Rosa, A., Neves, V.R., Siqueira, L.D. **A vivência de estudantes transgênero na universidade**. *Acta Paul Enferm.* 2022;35:eAPE01966.

Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ape/a/tqwsFwjhL93ZprfS3cbrzZb/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 28 mar 2024.

SOUZA, J. DE KANTORSKI, L. P., & LUIS, M. A. V. (2012). **Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental**. *Revista Baiana De Enfermagem*. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/5252>. Acesso em: 28 mar 2024.

BEVENIDES, B. G., **Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2022**. ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em 30 mai 2024.

NEWMAN et al. **LGBT+ inclusion and human rights in Thailand: a scoping review of the literature**. *BMC Public Health* 21:1816, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12889-021-11798-2>. Acesso em: 30 mai 2024.

SILVA, Bárbara Correia Florêncio et al. **Os Princípios de Yogyakarta e os direitos LGBT+**. *Politize!* (Projeto Equidade – Politize!, Instituto Mattos Filho e Civicus), 25 ago. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/principios-de-yogyakarta-e-os-direitos-lgbt/>. Acesso em: 30 mai 2024.

QUEIROZ, D., AUDI, A. **Cota trans: apenas duas das universidades federais das capitais oferecem vagas**. Pública agência de jornalismo investigativo. Jan 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/01/cotas-trans-apenas-duas-das-universidades-federais-das-capitais-oferecem-vagas/>. Acesso em 31 mai 2024.

Universidade Federal de Sergipe – UFS. **UFS cria cotas trans para cursos de graduação**. Aracaju, 17 nov. 2025. Portal UFS. Disponível em:

<https://www.ufs.br/conteudo/78295-ufs-cria-cotas-trans-para-cursos-de-graduacao>.

Acesso em 08 jan 2026.

ALAMINO, F. N., VECCHIO V. A., **Os Princípios de Yogyakarta e a Proteção de Direitos Fundamentais das Minorias de Orientação Sexual e de Identidade de Gênero**. R. Fac. Dir. Univ. São Paulo, v. 113, p. 645-668, jan/dez 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/156674>. Acesso em 30 mai 2024.

SILVA, B.C.F., et al. **Os Princípios de Yogyakarta e os direitos LGBTQ+.** Politize Equidade, 2021. Disponível em <https://www.politize.com.br/equidade/os-principios-de-yogyakarta-e-os-direitos-lgbt/>. Acesso em 31 mai 2024.

MOURA, J. F., NACARATO, A.M. **A ENTREVISTA NARRATIVA: dispositivo de produção e análise de dados sobre trajetórias de professoras**. Cad. Pes., São Luís, v. 23, n. 2, jan./abr. 2017.

SANTOS, Adriana Lohanna dos. **Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe: enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

ANEXOS

Anexo 1 - Instrumento de coleta de dados - (Feitosa (2016) e adaptado por Cunha (2023)).

QUESTIONARIO DE AVALIAÇÃO DA RETENÇÃO E EVASÃO NA GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

DADOS INSTITUCIONAIS

1) Número de matrícula: _____

2) Ciclo atual:

() 1º Ciclo

() 2º Ciclo

() 3º Ciclo

() 4º Ciclo

() 5º Ciclo

3) Ano que iniciou o curso: _____

4) Ano previsto para o término do curso: _____

5) Forma de ingresso:

() Vestibular tradicional

() Avaliação Seriada

() Sistema de Seleção Unificado (SISU)/ENEM

() Transferência Interna

() Transferência Externa

() Portador de diploma

6) Ingressou na UFS como cotista?

() Sim () Não

7) Para resposta positiva na questão anterior:

Qual tipo de cota? _____

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

8) Data de nascimento: _____

9) Sexo: () Feminino () Masculino

10) Raça/cor da pele:

() Amarela () Parda

() Branca () Preta

() Indígena () Não sabe

11) Estado civil:

() Solteiro(a) () Divorciado(a)

() Casado(a) () Viúvo(a)

12) Possui filhos: () Sim () Não

13) Para resposta positiva a questão anterior: A
gestação foi durante a graduação?

() Sim () Não

14) Tipo de moradia:

() Imóvel próprio

() Imóvel alugado

() Residência universitária

() Outro: _____

15) Grau de Escolaridade do Pai:

() Analfabeto

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Fundamental Completo

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino Médio Completo

() Ensino Superior Incompleto

() Ensino Superior Completo

() Pós-graduação

() Não sabe

16) Grau de Escolaridade da Mãe:

() Analfabeto

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Fundamental Completo

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino Médio Completo

() Ensino Superior Incompleto

() Ensino Superior Completo

() Pós-graduação

() Não sabe

17) Renda familiar em salários mínimos:

() Até 1 salário mínimo

() Entre 1 e 2 salários mínimos

() Entre 2 e 3 salários mínimos

() Entre 3 e 4 salários mínimos

() Mais de 4 salários mínimos

18) Você realiza atividade remunerada?

() Sim () Não

Para resposta positiva na questão anterior,
responda as questões 19, 20 e 21:

19) Qual a fonte de remuneração?

- () Emprego formal
 () Emprego informal
 () Bolsa
 () Outro: _____

20) Qual a carga horária semanal dedicada a atividade remunerada? _____**21) Renda individual em salários mínimos:**

- () Não possui renda individual
 () Até 1 salário mínimo
 () Entre 1 e 2 salários mínimos
 () Entre 2 e 3 salários mínimos
 () Entre 3 e 4 salários mínimos
 () Mais de 4 salários mínimos

22) Tipo de Instituição de Ensino onde cursou o ensino médio:

- () Todo em Escola Pública
 () Todo em Escola Privada
 () A maior parte em Escola Pública
 () A maior parte em Escola Privada
 () Metade Escola Pública e metade Escola Privada

23) Cidade/Estado de origem/onde nasceu:

24) Houve mudança de cidade e/ou estado para estudar na UFS?

- () Sim. Somente de cidade
 () Sim. Mudança de estado
 () Não

25) Como você usualmente se desloca para UFS?

- () A pé () Ônibus + a pé
 () Carro próprio () Moto própria
 () Ônibus () Moto táxi
 () Táxi / Aplicativo de transporte

26) Tempo estimado de percurso até a UFS (da porta da sua casa até a sala de aula):

- () Até 30 minutos
 () 31 a 45 minutos
 () 46 a 60 minutos
 () Acima de 60 minutos

AVALIAÇÃO DA RETENÇÃO E EVASÃO

INSTRUÇÕES: As questões a seguir foram elaboradas com o fim de auxiliar na verificação de fatores envolvidos na escolha do curso, bem como as dificuldades encontradas pelos acadêmicos. Por favor, indique o grau de concordância de cada item considerando a **escala: em que:**

1 = "DISCORDO TOTALMENTE";

2 = "DISCORDO PARCIALMENTE";

3 = "NÃO CONCORDO, NEM DISCORDO";

4 = "CONCORDO PARCIALMENTE";

5 = "CONCORDO TOTALMENTE".

27) Sobre os fatores que motivaram a ESCOLHA do Curso de Farmácia, indique seu grau de concordância com CADA UMA das sentenças:

	1	2	3	4	5
Fiz orientação/teste vocacional					
Minha família/amigos aconselharam					
Oferece boas oportunidades de emprego;					
Possui facilidade no Ingresso					
Possibilita trabalhar enquanto estuda					
Proporciona prestígio					

28) Você já reprovou em alguma disciplina?

- () Sim () Não

29) Para resposta positiva na questão anterior:

Quantas reprovações você teve ao longo do curso? _____

Você já foi reprovado mais de uma vez na mesma disciplina?

- () Sim () Não

Se sim, em quais disciplinas?

Nome da disciplina	Número de reprovações

30) Você já trancou alguma disciplina?

() Sim () Não

Se sim, quantas vezes você trancou disciplinas ao longo do Curso? _____

O trancamento levou a atraso no tempo de conclusão do curso?

() Sim () Não

31) Você já pensou em desistir do curso em algum momento?

() SIM () NÃO

Em caso afirmativo, responda as questões 32, 33, 34. Utilizando a escala:

- 1 = "DISCORDO TOTALMENTE";
2 = "DISCORDO PARCIALMENTE";
3 = "NÃO CONCORDO, NEM DISCORDO";
4 = "CONCORDO PARCIALMENTE";
5 = "CONCORDO TOTALMENTE".

32) Em relação aos aspectos institucionais que motivaram você a pensar em desistir do curso, indique seu grau de concordância nas sentenças:

	1	2	3	4	5
Equipamentos e instalações do Curso					
Horário das disciplinas ofertadas					
Matriz Curricular					
Qualidade de ensino					
Metodologia de ensino					
Forma de avaliação					
Relação entre aluno e professor/ coordenador					
Relações interpessoais					
Assistência aos alunos					

33) Sobre os fatores Externos à Instituição, que motivaram você a pensar em desistir, indique seu grau de concordância em cada sentença:

	1	2	3	4	5
Mercado de trabalho saturado					
Baixa remuneração do profissional					
Carreira Instável					

Casamento, gravidez/filho					
Dificuldades financeiras					
Localização da Instituição x Moradia/Transporte					
Trabalho					
Baixa qualidade do ensino básico					
Problemas de saúde de familiares					

34) Em relação às Características pessoais, que motivaram você a pensar em desistir, indique seu grau de concordância em cada sentença:

	1	2	3	4	5
Escolha precoce da profissão					
Falta de habilidades de estudo					
Problema de personalidade					
Deficiência da formação escolar anterior					
Dificuldades pessoais de adaptação à vida universitária					
Incompatibilidade entre vida acadêmica e as exigências do trabalho					
Desinformação sobre o curso					
Desencanto ou desmotivação com o curso					
Dificuldades na relação ensino-aprendizagem, traduzidas em reprovações ou baixa frequência às aulas					
Inadaptação com o Curso					
Descoberta de novos interesses que levaram a busca de outra profissão					
Problemas de saúde física					
Problema de saúde mental					

Anexo 2 – Primeira página do formulário elaborado no Google Forms®.

Análise da Inclusão e Permanência de Mulheres Trans na Universidade Federal de Sergipe: Desafios e Perspectivas.

Olá! Agradecemos o seu interesse em participar dessa pesquisa.

Este questionário tem como objetivo investigar as práticas e desafios enfrentados pelas mulheres transgênero, transexuais e travestis na UFS, com foco na sua inclusão e permanência no ambiente acadêmico. Além disso, busca-se identificar perspectivas e possíveis estratégias para promover uma experiência educacional mais equitativa e inclusiva para essa comunidade.

liticruz@academico.ufs.br [Mudar de conta](#)



* Indica uma pergunta obrigatória

E-mail *

Seu e-mail

Anexo 3 – Comprovante do parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE - UFSLAG/HUL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Inclusão e Permanência de Mulheres Trans na Universidade Federal de Sergipe: Desafios e Perspectivas

Pesquisador: Giselle de Carvalho Brito

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 79857624.3.0000.0217

Instituição Proponente: Universidade Federal de Sergipe Campus Lagarto - Departamento de

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.929.241

Ativar o Window

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE - UFSLAG/HUL



Continuação do Parecer: 6.929.241

Declaração de Pesquisadores	TERMO_DE_COMPROMISSO_E_CONFIDENCIALIDADE .pdf	30/04/2024 19:59:39	Giselle de Carvalho Brito	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	anuencia_infraestrutura_assinado.pdf	30/04/2024 19:54:35	Giselle de Carvalho Brito	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinada.pdf	30/04/2024 16:34:22	Giselle de Carvalho Brito	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

LAGARTO, 03 de Julho de 2024

Assinado por:
Júlia Guimarães Reis da Costa
(Coordenador(a))

Ativar o Windows
Acesse Configurações pa

Anexo 4 – Primeira página do edital no qual foi aprovado o projeto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

EDITAL Nº 09/2024 COPES/POSGRAP/UFS

APOIO A PROJETOS DE PESQUISA SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS

A Universidade Federal de Sergipe (UFS), por meio da sua Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (POSGRAP) e da Coordenação de Pesquisa (COPES), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com as prerrogativas de redução das desigualdades dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ONU), especialmente o ODS 10, torna público o Edital para seleção de projetos que objetivem desenvolver pesquisas científicas voltadas à temática das ações afirmativas, para o período de **01/06/2024 a 31/12/2024**.

1. NATUREZA

O presente Edital tem como objetivo selecionar e apoiar, mediante auxílio financeiro, projetos de pesquisa científica propostos por docentes e desenvolvidos por estudantes de graduação da UFS, voltados para a temática **Ações Afirmativas**.

Entende-se por ações afirmativas o conjunto de medidas especiais para combater a discriminação histórica e promover a igualdade de oportunidades para grupos socialmente desfavorecidos ou minorias. O objetivo principal das ações afirmativas é garantir a igualdade de oportunidades, combatendo as desigualdades históricas e estruturais que dificultam o acesso e participação desses grupos em várias esferas da sociedade.

2. OBJETIVOS

- 2.1 Realizar levantamento de dados sobre ações afirmativas na UFS;
- 2.2 Explorar as regulamentações existentes na instituição que tratem de ações afirmativas;
- 2.3 Analisar o impacto das políticas de ação afirmativa na promoção da igualdade de oportunidades para grupos historicamente marginalizados ou sub-